



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GUILHERME ALVES BOMBA

**DISPUTAS POLÍTICAS E LUTAS SOCIAIS:
AS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE
APUCARANA: 1944 A 2015**

Londrina
2016

GUILHERME ALVES BOMBA

**DISPUTAS POLÍTICAS E LUTAS SOCIAIS:
AS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE
APUCARANA: 1944 A 2015**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Zueleide Casagrande de Paula

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Bomba, Guilherme Alves.

Disputas políticas e lutas sociais : as construções identitárias do município de Apucarana 1944 a 2015 / Guilherme Alves Bomba. - Londrina, 2016.
96 f. : il.

Orientador: Zueleide Casagrande de Paula.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Identidade - Tese. 2. Memória - Tese. 3. Apucarana - Tese. 4. Ditadura - Tese. I. Paula, Zueleide Casagrande de . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

GUILHERME ALVES BOMBA

DISPUTAS POLÍTICAS E LUTAS SOCIAIS:
AS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE APUCARANA:
1944 A 2015

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História Social

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Zueleide Casagrande de Paula
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Marco Antonio Neves Soares
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Edson José Holtz Leme
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 10 de novembro de 2016.

Dedico esse trabalho a minha filha Anna Beatriz Diniz Bomba, que nasceu no primeiro ano do mestrado e teve que dividir atenção com as leituras, escritas e correções deste.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Zueleide Casagrande de Paula, não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela franqueza com que a realizou. Sei o quanto foi difícil esses últimos anos, mas agradeço por não ter esquecido de mim. Apesar da distância que nos separou, esteve sempre presente quando solicitado, e exigia sempre algo mais, fazendo com que eu superasse as minhas próprias limitações. Tenho consciência que não cheguei aonde queríamos, mas se cheguei até aqui foi porque a tive como conselheira, orientadora e *“puxadora de orelhas”*.

Aos professores que me ajudaram na formação até aqui, já que com esse trabalho encerro um ciclo de 9 anos como discente da Universidade Estadual de Londrina. Principalmente ao professor Marco Antonio Neves Soares, que há muito tempo considero mais como amigo que docente. A sua inspiração foi sempre motor para os meus anseios, e se hoje me despeço da UEL, fica em mim para sempre a sua imagem.

Devo declarar o ânimo que recebi daqueles que compuseram o meu cotidiano na Universidade Estadual do Paraná, onde tive a oportunidade de me socializar com pessoas que me deram apoio e muita força.

Aos meus sócios da Clínica Albert Einstein, que me permitiram faltar a inúmeras reuniões, dando o suporte necessário para que eu fizesse o mestrado, mas não deixasse de levar os projetos paralelos que são indispensáveis a minha carreira.

Gostaria de agradecer também algumas pessoas que contribuíram para que isso tudo fosse possível. Meu pai e minha mãe, que por muito tempo deixaram de ter o seu filho no convívio familiar, já que por morar em outra cidade, aproveitava o final de semana para trabalhar, deixando de lado aqueles que eu mais devia dar atenção. À minha esposa, que me aguentou quando nem mesmo eu o conseguia, dando o espaço necessário para que eu trabalhasse. Sem a sua ajuda, seu apoio e principalmente compreensão, nada disso seria possível. E quando a depressão se apossou de mim, os medos, a angústia e tudo aquilo que eu nunca pensei em sentir, foi em você que pude me apoiar.

Por fim, peço desculpas à minha filha, que eu possa pelo resto da minha vida, compensar os momentos em que me chamou e tive que ignorar, nada disso será esquecido.

*“Sonhos determinam o que você quer. Ação
determina o que você conquista”.*
Aldo Novak

BOMBA, Guilherme Alves. **Disputas políticas e lutas sociais**: As contradições identitárias do município de Apucarana: 1944 a 2015. 2016. 96f. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2016.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar as construções identitárias do município de Apucarana, no norte do Paraná, buscando compreender as forças políticas e sociais utilizadas na produção das identidades e memórias sociais. O município emancipado em 1944, teve seu planejamento original organizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, sendo povoado por grupamentos sociais oriundos de diversas regiões do país e do mundo, entre eles, ucranianos, alemães, japoneses e outros. A história desses “pioneiros” foi eternizada em um monumento denominado “Quarteirão das Personalidades”. Ao longo dos anos da ditadura, a região passou por uma série de conflitos entre os militares e aqueles que assumiram uma postura contrária ao governo ditatorial. O destaque de alguns jovens na luta contra a ditadura, foi abordado neste trabalho a fim de demarcar a participação dos movimentos estudantis na busca pela redemocratização do país. Dois desses jovens partiram para a luta armada em São Paulo ao lado de Marighela, sendo assassinados em 1970, pelos militares durante a Operação Bandeirantes. Suas mortes estiveram envoltas em mistério durante décadas, assim como tantos outros que foram considerados desaparecidos pelos relatórios militares do DOI-CODI. Em homenagem a esses jovens, foi construído um monumento denominado “Pessoas Imprescindíveis”, realizado pelo Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH. São essas monumentalizações, uma de um passado em torno de uma tradição social em torno dos pioneiros, e o outro sobre as vítimas da ditadura, que estabelecem o principal ponto de análise sobre as disputas sociais e políticas que permanecem nos discursos, tornando a história do município objeto de um constante processo de resignificação e reinterpretação.

Palavras-chave: Identidade. Monumento. Memória. Apucarana. Ditadura.

BOMBA, Guilherme Alves. **Political disputes and social struggles: The identity contradictions in the city Apucarana: 1944 - 2015.** 2016. 96p. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2016.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the identity constructions in the city of Apucarana in northern Paraná, trying to understand the political and social forces used in the production of social identities and memories. The municipality emancipated in 1944, had its original planning organized by Companhia de Terras Norte do Paraná, being populated by social groups from different regions of the country and the world, among them ukrainians, germans, japanese and others. The history of these "pioneers" was immortalized in a monument called "Quartirão das Personalidades." Over the years of the dictatorship, the region went through a series of conflicts between the military and those who have taken a position contrary to the dictatorial government. The highlight of some young people in the fight against the dictatorship, was approached in this work in order to demarcate the participation of student movements in the quest for democratization of the country. Two of these young people left for the armed struggle in São Paulo next to Marighela, being murdered in 1970 by the military during Operation Bandeirantes. Their deaths were shrouded in mystery for decades, as well as many others who were reported missing by the military reports DOI-CODI. In honor of these young people, it was built a monument called "Pessoas Imprescindíveis", conducted by the Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH. These are monuments, one of a past around a social tradition around the pioneers, and the other on the victims of the dictatorship, which provide the main point of analysis of the social and political disputes that remain in speeches, making history municipality object of a constant process of redefinition and reinterpretation.

Key words: Identity. Monument. Memory. Apucarana. Dictartorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Brasão Municipal de Apucarana	17
Figura 2 – Monumento aos pioneiros em Apucarana.....	32
Figura 3 – Fragmento do Mapa do Paraná com destaque as cidades de Maringá, Apucarana, Londrina e Ponta Grossa	45
Figura 4 – Mapa do Paraná com destaque ao triângulo formado pelas cidades de Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Apucarana	48
Figura 5 – Recorte da Revista Leia Mais Um de dezembro de 1975	53
Figura 6 – Dr. Zequinha contra a cavalaria	59
Figura 7 – Cerimônia de inauguração do Monumento <i>Pessoas Imprescindíveis</i>	71
Figura 8 – Monumento <i>Pessoas Imprescindíveis</i>	72
Figura 9 – Pintura de Três Reis exposta no colégio homônimo	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista dos homenageados no “Quarteirão das personalidades”	33
Tabela 2 – Relação das pessoas presas pela Operação Marumbi e seus respectivos locais de moradia	55
Tabela 3 – Tabulação sobre a pesquisa realizada.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional número 5
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
BIB	Batalhão de Infantaria Blindada
BIMz	Batalhão da Infantaria Motorizada
BNM	Brasil Nunca Mais
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DHPAZ	Direitos Humanos para a Paz
DOI	Destacamento de Operações Internas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
GTA	Grupo Tático Armado
IDEPPLAN	Instituto de Desenvolvimento, Pesquisa e Planejamento de Apucarana
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
OFR	Órgãos de Formação de Reserva
OMA	Organização Militar Ativa
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNDH	Plano Nacional dos Direitos Humanos
PR	Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores
TG	Tiro de Guerra
UEA	União dos Estudantes de Apucarana
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UPE	União Paranaense dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – O “NORTE” E A CTNP: O CASO DE APUCARANA, SUA MEMÓRIA E SEUS SÍMBOLOS	16
1.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA E TRADIÇÃO	16
1.2 DO ESCUDO PORTUGUÊS AO DESBRAVADOR DA CTNP – VÁRIOS POVOS E UMA SÓ MEMÓRIA	20
1.3 A MONUMENTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA	29
CAPÍTULO 2 – O PERÍODO MILITAR EM APUCARANA	40
2.1 OS MILITARES VIERAM PARA ESPANTAR O “FANTASMA COMUNISTA”	40
2.2 APUCARANA COMO SEDE DO MILITARISMO	43
2.3 DOS PRESOS POLITICOS E SEUS TORTURADORES	48
CAPÍTULO 3 – A ESCOLA E O MONUMENTO	64
3.1 APUCARANA E OS LUGARES DA MEMÓRIA.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
FONTES	85
REFERÊNCIAS	87
ANEXOS	90
ANEXO A – Documento de desapropriação das terras que foram doadas a União.....	91
ANEXO B – Documento de desapropriação das terras que foram doadas a União.....	92
ANEXO C – Doação das terras para a União Federal para abrigar o 30ºBTMz	93
ANEXO D – Lista de Presos Políticos durante a Operação Bandeirantes (SP).....	94
ANEXO E – Certidão de óbito de José Idésio Brianesi – morto em tiroteio.....	95
ANEXO F – Fotografia processual de José Idésio Brianesi morto.....	96

INTRODUÇÃO

O presente trabalho desenvolvido junto ao Programa de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina, partiu de inquietações que se desenvolveram ao longo de quase uma década de pesquisas¹ entre a graduação, especializações e por fim, o mestrado. Durante esse processo os temas foram sendo alterados diante das pesquisas que motivaram cada uma dessas fases de formação. Os temas que permearam os objetos de pesquisa que trataram sobre identidade, patrimônio e religiosidade, e culminaram no tema do atual trabalho numa perspectiva sobre a História Social.

Na pesquisa de mestrado, ao investigar sobre as construções identitárias do município de Apucarana, no norte do Paraná, nos vimos diante dos mecanismos de forja dos imaginários coletivos sobre o processo de desbravamento da região, e sua forte ligação com o mito do colonizador europeu e as investidas da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Os fatos desse passado que se quer preservar não são o mais importante em nossa pesquisa, mas o que se escreveu sobre eles nos move. Das seleções, principalmente, o que ficou “esquecido” nos intriga. Produzir um conhecimento através da história local é buscar o micro de estruturas sociais que estão diretamente ligadas ao âmbito nacional. Assim buscamos no decorrer do processo de investigação sobre o objeto na escrita do texto aproximar as discussões de um viés cotidiano, daqueles que não se leem nos livros, mas se ouve falar pelos avós, tios, pais, etc. A semântica neste caso nos permite tratar a respeito de alguns conceitos como “pioneiros”, “desbravadores” e “heróis” a medida que procuramos abordar a história local e regional.

A escrita do texto que aponta o resultado da pesquisa está dividida em três capítulos, seguindo uma temporalidade, mas não buscamos criar uma linha do tempo em torno das discussões, apenas procuramos usá-la de caminho para

¹ Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Londrina: 2007-2010, com o trabalho: ***“Formações identitárias judaicas em Rolândia-PR entre os anos de 1939 e 2009: O caso de Suzanne Behrend”***. Com orientação de Prof. Dr. Marco Antônio Neves Soares.
Especialização em História Social e Ensino de História / Universidade Estadual de Londrina: 2011-2013. Título: ***“Topografia Religiosa de Apucarana: As questões identitárias durante os anos de 1943 a 2011”*** – Orientação: Prof. Dr. Marco Antônio Neves Soares.
Especialização em Religiões e Religiosidades / Universidade Estadual de Londrina: 2012-2014. Título: ***“Representações do espaço simbólico católico nas memórias e nas identidades de Apucarana – 2009 a 2012”***. Orientação: Prof. Dr. Marco Antônio Neves Soares.

compreender as diferentes disputas no campo do imaginário social e as suas relações políticas, sociais e culturais no município. No primeiro capítulo, discutimos a formação social do município de Apucarana, e como este foi planejado nas décadas de 1920 e 1930, integrando-se ao projeto do Norte do Paraná pela CTNP.

Para isso, apontamos o processo de (re) ocupação² da região, a expulsão dos antigos moradores, a chegada de imigrantes, o loteamento das terras e as disputas políticas, décadas depois, pela memória do período. A fim de compreender a cristalização, que se tenta fazer do período, apontamos como um monumento criado setenta anos após a emancipação política de Apucarana, denominado “Quarteirão dos Pioneiros” vê aqueles que estão ali representados. Através de uma narração do passado, estabelecida a partir do monumento, se tenta consolidar a memória em torno daqueles que foram considerados os responsáveis pelo sucesso econômico e social da cidade. A narrativa sobre esse passado tem por fim último, o presente; um caminho teleológico que busca justificar as escolhas de seus “pioneiros”.

O segundo capítulo, estabelece uma nova narrativa sobre um período do município, ainda pouco explorado, a ditadura civil militar. Entre os anos de 1964 e 1985 o Brasil viveu um dos momentos mais violentos de sua trajetória, a perspectiva histórica do trabalho buscará incorporar as experiências locais sobre os fatos e temas da ditadura. O município de Apucarana carrega em sua história a alcunha de ter sido um dos locais de maior repressão da ditadura no Estado do Paraná, por ser um ali um local para onde presos políticos de toda a região eram enviados para ser interrogados, e, muitas vezes torturados. A criação do 30º Batalhão de Infantaria Motorizada em 1965, no entroncamento entre as cidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, será debatida na tentativa de compreender as funções a ele atribuídas.

Além das ações militares, discutiremos a reação contra o Estado de Exceção, tendo como destaque a ação de estudantes secundaristas e universitários. Elencamos neste ponto, a biografia de dois jovens oriundos de Apucarana que foram assassinados durante o período, por terem aderido ao movimento revolucionário encabeçado por Marighela. Demonstraremos, que apesar de muito pouco ter sido escrito sobre a participação ou a relação dos munícipes nas ações pró e contra a ditadura, muito há a ser analisado.

² TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

A relação entre o primeiro e o segundo capítulo se encontram nas narrativas feitas e as que foram silenciadas pelas escolhas políticossociais. Propomos abordar o silenciamento dos memorialistas municipais ante o período das décadas de 1960 e 1980, ao que se refere a ditadura. Os primeiros anos que antecedem a ditadura fortemente reproduzidos, pulando-se o período militar, e o destaque explícito sobre as ações econômicas e políticas dos anos 1990. Neste ponto, trabalharemos com a história oral e arquivos memorialistas, buscando significar essas ações.

Já no terceiro capítulo, voltaremos às questões memorialistas, entretanto, a discussão ocorrerá em torno da criação de um colégio estadual com o nome de um dos jovens mortos durante a ditadura e de um monumento criado em homenagem aos jovens Antônio Três Reis de Oliveira e Idésio Brianezi. Buscaremos compreender as iniciativas que levaram à idealização do monumento “*Pessoas imprescindíveis*” de Apucarana, e também o nível de aceitação pública sobre este. Para tal, realizaremos a leitura dos dados de pesquisas e depoimentos sobre a relação dos munícipes com o monumento, com o colégio e com o período militar.

Desta forma, construiremos o nosso trabalho sobre as memórias e a história do município de Apucarana. Buscaremos compreender os caminhos da construção identitária desse município. Ao final do trabalho, pretendemos observar a pluralidade das memórias que foram construídas ao longo dos 72 anos de história do município, e como essas estão em permanente ressignificação. Com o enfoque nos dois últimos capítulos sobre a ditadura, pretendemos estabelecer uma nova narrativa para um período pouco discutido na história local, que ainda guarda uma grande gama de possibilidades, pois a ditadura faz parte de um passado não tão distante, que deve ser entendido para que não se repita.

CAPÍTULO 1

O “NORTE” E A CTNP: O CASO DE APUCARANA, SUA MEMÓRIA E SEUS SÍMBOLOS

1.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA E TRADIÇÃO

“As transformações de Londrina e do Norte do Paraná, tão brutais quanto vertiginosas tornaram seu passado (recente) longínquo. A nossa memória está em perigo”³.

Assim começa o artigo de, José Miguel Arias Neto, que narra os caminhos da formação identitária de Londrina, cidade do norte do Paraná e sua região⁴ metropolitana. Há muito tempo discute-se nos meios acadêmicos a disputa identitária que ocorre na região norte do Paraná, entendida nesse texto como a que ocorre entre as respectivas cidades de Londrina à Cianorte, onde todas as cidades formadas pela CTNP⁵ (Companhia de Terras Norte do Paraná)⁶ buscam definir sua origem e seus “desbravadores e pioneiros”. Essa memória está gradualmente sendo desconstruída e substituída por símbolos e signos de uma “nova era”. A ocupação da região, se deu de forma irregular, à urgência de seus primeiros habitantes, o ritmo acelerado da busca pelo “Eldorado”⁷.

O desafio sobre o tema, portanto, será considerar as forças políticas e sociais nesta (re) construção, sem deixar de lado o aspecto emocional e afetivo dos habitantes, no que se refere ao grupo delimitado para esse estudo, qual seja, aqueles que marcaram sua história e sua memória por meio dos escritos sobre Apucarana, os que foram homenageados em seus escritos e monumentos. Cabe esclarecer, sobretudo, nos referimos excepcionalmente às lembranças e memórias desses sujeitos históricos. Há muito, percebemos o afastamento e até mesmo, a exclusão dos fatores psicossociais nas análises históricas, considerando-as como

³ NETO, José Miguel Arias. Pioneirismo: Discurso político e identidade regional. In: História & Ensino. Londrina. 01:69-82, 1995.

⁴ Cabe dizer que ao nos referirmos ao conceito de região estaremos entendendo-o como entende Tomazzi (1997, p.2): “Logo, pode-se analisar o conceito de região como concepção objetiva e subjetiva. A noção objetiva centra-se nos estudos do solo, clima, vegetação, exploração agropecuária, população, indicadores econômicos e divisão administrativa. A noção subjetiva baseia-se em elementos culturais criados em sua ocupação física.”

⁵ No Brasão a Companhia de Terras Norte do Paraná aparece representada pela estrela acima da serra, simbolicamente guiando a ocupação do território.

⁶ Doravante ao se mencionar norte do Paraná, ou, norte do estado quando se referindo ao Norte do Paraná, será a essa região aqui delimitada que se estará referindo.

⁷ Termo utilizado por José Miguel Arias Neto para definir a região norte do Estado do Paraná, comparando-a a busca de riquezas que datam do século XVI por espanhóis na América.

exclusividade de outras disciplinas, como a etnografia e psicologia. A lembrança é tida como a sobrevivência do passado, ela conserva o espírito de cada ser humano, sua consciência é tomada por essas lembranças, seus atos e até mesmo seus devaneios, aparecem como imagens-lembranças⁸.

Para as discussões em torno das lembranças e da memória local, partimos de memórias escritas, como o relato de seus “pioneiros”, as fotos de arquivos pessoais e públicos, e especificadamente para este trabalho, as participações políticas na seleção das imagens que devem perpetuar no imaginário coletivo para a eleição de determinados símbolos, pessoas e lugares.

Tomamos os emblemas municipais para estudo, selecionando aqueles que entendemos representar memórias e identidades cristalizadas nas lembranças, nas memórias coletivas e perpetuadas através de leis que buscam eternizar o passado no imaginário social. O referido símbolo selecionado foi o brasão municipal de Apucarana. Sua figura representada na sequência.

Figura 1 – Brasão Municipal de Apucarana



Fonte: Arquivos Municipais de Apucarana – Acervo Digital

Este símbolo foi oficializado como tal através da Lei número 28/68, de 03 de julho de 1968. Apresenta um conjunto de outros símbolos tornando o Brasão Municipal um dos mais intrincados entre os símbolos políticos do município de Apucarana. Sua complexidade desperta a curiosidade, principalmente por sua figura central, cuja representação traz a Catedral Nossa Senhora de Lourdes. Visamos,

⁸ BOSI, Ecléa. Memória e sociedade – lembranças dos velhos. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p.53.

portanto, compreender as simbologias sobre esta sua construção e os usos desses símbolos ao longo da década de 1960, período de seu decreto, e início de sua representação como Brasão municipal no imaginário local. Chamamos para expressar nossa compreensão de imagem Mircea Eliade quando diz:

... as imagens são, por suas próprias estruturas multivalentes. Se o espírito utiliza as Imagens para captar a realidade profunda das coisas, é exatamente porque essa realidade se manifesta de maneira contraditória, e conseqüentemente não poderia ser expressada por conceitos. (ELIADE, 1996, p.52)

O brasão possui uma miscelânea de simbologias e tem nessa conjuntura de símbolos, a história do município representada, e esta representação traz seu período de ocupação e emancipação política⁹. O município compõe a região norte do Paraná, esta é, na maioria das vezes, estudada em sua amplitude e sempre enfatizando as localidades maiores. O estudo de um município menor é quase inexistente o que de certa forma dificultou a pesquisa empreendida, mas não a inviabilizou. Nesse sentido o símbolo maior de poder local é expresso por sua bandeira, nela encontramos o alinhamento de outros dos poderes locais arranjados nessa construção simbólica, o brasão e a bandeira e ambos cindidos em um na bandeira municipal.

Desse modo cabe dizer que Apucarana faz parte das áreas que foram idealizadas no projeto inicial da Paraná Plantations Ltda, que já em 1925, coordenado por Simon Joseph Fraser, mais conhecido como Lord Lovat, via na região um grande potencial para o plantio de café e algodão. Neste mesmo ano fundando a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP e adquirindo a Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná tornou possível o êxito da ocupação¹⁰.

A ocupação, ou doravante (re) ocupação, do norte do Paraná, não pode ser vista apenas a partir da década de 30 pela CTNP. De acordo Tomazi (1997), os órgãos estaduais e federais vinham incentivando a ocupação de regiões ainda desbravadas do Estado, com dupla finalidade, ampliar a construção da ferrovia São

⁹ A falta de estudos sobre o município levou-nos a pesquisar sua história e para podermos entendê-la vimos nos símbolos um caminho viável para estabelecer uma narrativa histórica para o município de Apucarana.

¹⁰ SOBRINHO, Francisco Soares Dias. *Norte do Paraná – Apucarana em prosa e verso*. Apucarana, Diocesana, 2007, p.28-29.

Paulo – Paraná e povoamento do interior, através de negociações diretas com a CTNP¹¹.

De conformidade com o documento publicado pela CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná) em 1975, intitulado “Ferrovias e Cafezais”¹² este era o discurso oficial. Mas segundo Wachowicz (2010) a região há muito já era ocupada por mineiros e paulistas que viam na região um local de prosperidade, apesar de sua mata fechada e tribos caingangues¹³. Estes foram prontamente retirados de “suas” terras no momento da demarcação dos lotes ao serem vendidos. O interesse da CTNP por essas terras, que hoje formam a cidade de Apucarana, limitava-se a venda das mesmas, planejando-as dentro do processo de ocupação, para que em longo prazo, viesse a ter um número em torno de cinco mil habitantes.

Segundo Benevides Mesquita, os primeiros moradores do município de Apucarana construíam apenas pequenos ranchos de palmito em terras que haviam sido adquiridas diretamente junto ao órgão do governo do estado ou simplesmente haviam sido apropriadas por esses “desbravadores”, mas na sua grande maioria não eram moradores ilegais. Em seu depoimento diz que em fevereiro de 1934, quando este saiu de Londrina em direção mata a dentro, para realizar as demarcações em nome da CTNP, nessa região, os casebres de palmito passaram então a ser substituídos por casas de madeira, dos colonizadores autorizados a partir de 1936¹⁴. Cabe lembrar que Benevides trabalhava para a CTNP, portanto se os moradores tinham ou não documentação que provavam a posse da terra, ele como colaborador dos agrimensores, não tinha como saber.

O processo de recolonização dessa região foi realizado pela Cia de Terras, esta encarregou-se de vender suas terras em diferentes regiões da federação e mesmo fora do país, assim vieram para a região norte do Paraná mineiros, paulistas, gaúchos, catarinenses e famílias de muitos outros estados do Brasil, mas também vieram alemães, ingleses, japoneses, ucranianos e tantos outros, que fazem parte

¹¹ A Companhia de Terras Norte do Paraná foi fundada em 1924, por capitais ingleses e vendida a um consórcio brasileiro, em 1944, tornando-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

¹² “Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná – CMNP – Depoimentos sobre a maior obra do gênero realizada por uma empresa privada – 24 de setembro de 1975”. Disponível em: <http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/flip/>. Acesso em: 23/07/2016, às 16:58, p.20.

¹³ PAULA, Z. C. de. A relação Antagonista entre homem e natureza no Processo de colonização/(re)ocupação do norte paranaense. p.279-312. ARRUDA, G. (org.) In: Natureza, Fronteira e Território: imagens e narrativas. Londrina: eduel, 2005.

¹⁴ Idem, p.69.

da miscelânea que compõem o norte do Paraná¹⁵. No caso de Apucarana, não foi diferente. Mas ao tratarmos da população hoje podemos dizer que ela foi composta por todos os povos, sobretudo paulistas e mineiros, além de seus habitantes indígenas, que em sua língua deram origem ao nome da cidade.

Nesse sentido visamos compreender a identidade local originárias a partir dessas múltiplas identidades e como sua memória histórica se construiu no sentido da formação identitária local. Em nosso entendimento as autoridades municipais buscaram, indexada à criação dos símbolos, essa identidade múltipla. Dentre eles, o Brasão é o mais expressivo desses símbolos. Passaremos assim à sua descrição e análise.

1.2 DO ESCUDO PORTUGUÊS AO DESBRAVADOR DA CTNP – VÁRIOS POVOS E UMA SÓ MEMÓRIA

A representatividade dos símbolos municipais apucaraneses em sua construção mais expressiva, está como já dito, no Brasão que também tremula na bandeira, em razão dos múltiplos elementos e seus significados. Para iniciarmos essa leitura dos seus significados, buscamos na narrativa descrita na publicação da prefeitura municipal, a qual assim explica os vários símbolos que configuram o Brasão uma explicação:

[...] um escudo clássico Flamengo-Ibérico, encimado pela coro mural de 8 (oito) torres de argente. Em campo de jaude, com terrado ondeado de sínopla, posta em abismo, uma estrela de cinco pontas de goles. Chefe de blau, com um templo religioso de argente, brocante sobre o campo. A destra e a sinistra do escudo, como suporte, 2 (dois) galhos de café, fruticados ao natural, enlaçados por um listél de goles, contendo em letras argentinas, topônimo APUCARANA, ladeado pelos milésimos 1943 e 1944. (PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA, 2015)¹⁶.

A citação deixa claro seu caráter técnico, contudo com teor explicativo buscado nas origens europeias. Ele é relevante à media que oferece explicação para cada um dos elementos que compõem o Brasão, contudo, essa descrição

¹⁵ A Terra prometida, p. 23-81. In: PAULA, Z. C. de. Maringá: coração verde do Brasil. Dissertação de mestrado, 1998, p. 264. Assis, Programa de Pós-graduação em História Social. Unesp, 1998.

¹⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA. Disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/servicos/simbolos>. Acesso em: 13/08/2015, às 19:22.

técnica terá em nosso texto, o propósito de apontar o caminho escolhido para a historicização do município de Apucarana e a configuração dos poderes e da identidade nesse contexto. Por meio da narrativa sobre a origem e existência do Brasão buscar-se-á compreender sua história e a do município desde a topografia representada pela “serra” bem como a sua formação social, além de apontar brevemente seus aspectos de religiosidade.

Em uma só imagem, podemos perceber como as forças político-ideológicas da época procuraram apontar a delimitação de uma identidade regional, política e religiosa, na proposta especificada no arranjo que se efetivou no Brasão. Este arranjo a partir das simbologias explicitadas, firmava os poderes nele representados como os construtores das identidades que, ao longo do tempo, viriam ao mesmo tempo consolidar as identidades e a si mesmo como símbolo representativo municipal.

Assim faz sentido chamar Mircea Eliade quando diz:

As imagens, os símbolos e os mitos não são criações irresponsáveis da psique; elas respondem a uma necessidade e preenchem uma função: revelar as mais secretas modalidades do ser. Por isso, seu estudo nos permite melhor conhecer o homem [...].¹⁷

Tomando essa definição de Eliade, pois entendemos ser possível, ao estudar o brasão, considerá-lo como gerador de uma memória, presente e eminente nas escolhas e diretrizes que formam este objeto, ou seja, o conhecimento sobre a história local/regional na perspectiva do contexto e da construção de sua memória e sua história, mas sobretudo, de como esta memória e esta história “registrou” o passado e como se manifesta no presente.

Ao dar prosseguimento ao nosso estudo verificamos por meio dos estudos realizados por Rogério Carnasciali¹⁸ que o Escudo presente no brasão se refere à ligação do Brasil a Portugal e ao seu processo de colonização sobre o Brasil. O estilo Flamengo-Ibérico com suas muralhas remontam ao período moderno da ocupação europeia sobre a América, porém, informa o autor que a região norte do Paraná, ocupada apenas nos fins do século XIX e início do século XX, traz desta tradição aquilo que compartilha com o restante do país, como língua, religiosidade,

¹⁷ ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos – Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. Trad. Sonia Cristina Tamer. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

¹⁸ CARNASCIALI, 2015, P.16.

etc. O que buscamos compreender neste momento, são as múltiplas influências culturais expressas nessa simbologia, portanto originária até em outro continente, ou seja: o europeu.

Esta ressonância da cultura europeia nos limites de Apucarana chega não só pela coroa portuguesa ali explicitada como também pela conhecida Missão Montangu. A região foi visitada por ingleses que durante a década de 1920, visavam a possibilidade de aplicação de capitais ingleses em terras brasileiras, como veio a se efetivar mais tarde, mais especificamente a aquelas terras que configuram o “novo norte”, principalmente na produção de algodão, suprimindo a demanda das indústrias da empresa representada por essa comissão. Liderada pelo Lord Montangu, que foi acompanhado por Simon Joseph Fraser¹⁹, especialista em agricultura e reflorestamento, que possuía uma vasta experiência na área, sendo diretor da “Suddan Cotton Plantations Syndicat”²⁰.

Desde a Lei de Terras, assinada em 1850, no Brasil, que trazia em seu primeiro artigo que *“Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”*²¹, a aquisição de terras no país por companhias internacionais intensificou o processo de ocupação das regiões distantes dos grandes centros urbanos. Seja pelo plantio do algodão, do café ou expansão das linhas ferroviárias. Essa lei foi o estopim para o interesse das empresas inglesas pelas terras brasileiras, que passaram a anunciar “os sertões” como a fonte de riqueza e paz.

De acordo com Bousquet e Holvech (1999) a compra das terras entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, já na década de 1920, possibilitou o loteamento que daria origem às cidades que compõem a região do atual norte do Paraná. O loteamento atendeu a demanda de compradores de outras regiões do país, uma vez que para a região vieram paulistas, mineiros, gaúchos, nordestinos e até mesmo pessoas de outros países, como italianos, alemães, japoneses e ucranianos²².

¹⁹ O nome de Fraser aparecerá por diversas vezes em nosso texto, entretanto sob a alcunha de Lord Lovat.

²⁰ FARIA, Maria do Carmo Carvalho. Apucarana – Processo de ocupação e colonização. In: Histórias e memórias da ocupação das regiões paranaenses no século XX. (Orgs.) GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida; ROMPATTO, Maurílio. 1ed. Maringá, Massoni, 2015, p.175.

²¹ Artigo 1º da Lei nº601 de 18 de setembro de 1850.

Díspnível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm Acesso em: 08 de agosto de 2015, as 15:08.

²² BOUSQUET, Estelle. HOLVECH, Sophie. Interações homem-solo sobre a micro-bacia do ribeirão Bandeirantes do Norte (Paraná – Brasil). Traduzido por: João Tavares Filho. Londrina: Editora UEL, 1999, p.176.

Esses compradores, ainda em conformidade com os autores, foram atraídos por uma promessa de riqueza e sucesso que foi repetido por anos em propagandas que se espalhavam. Uma proposta que se dizia, ser a primeira reforma agrária que teria dado certo no país, pelas divisões em pequenos lotes, atraía os desejosos. A prática foi bem diferente, pois mesmo em pequenos lotes, esses foram adquiridos em grande quantidade por um pequeno grupo de pessoas. Em 03 de janeiro de 1936, uma propaganda veiculada pelo Jornal Paraná Norte, exortava:

É surpreendente! É inédito... é absolutamente inédito que uma cidade iniciada não muito depois da crise de 1929 apresentasse índices de prosperidade tão entusiasmantes [...] A divisão agrária que nos caracteriza, funda lares felizes por todos os espigões e encostas, rodeando-as de uma abastança de terra da promessa. Terra da Promissão!²³

A região que atualmente compõe a cidade de Apucarana era formada por uma serra, cujo ponto mais alto das terras adquiridas pela CTNP ali se encontrava. De acordo com Arias Neto a orientação que se tinha da Companhia, era de dividir a área adquirida em pequenas e médias propriedades, estabelecendo as grandes cidades (Londrina, Maringá e Cianorte) à uma distância de 100 quilômetros, e entre elas pequenos povoadamentos a cada dez ou quinze (CANCIAN, 1981).

O planejamento da região norte (entre Cianorte e Londrina) assemelha-se muito com a proposta idealizada por Ebenezer Howard sobre as cidades-jardins, divergindo no formato circular proposto por esse autor. De acordo com Zueleide Casagrande de Paula,

No núcleo de uma região está uma cidade central com uma população de no máximo 58 mil habitantes, ligada a várias outras com até 32 mil habitantes. Essa cidade central seria vinculada às demais por uma estrada de ferro intermunicipal cuja circunferência mediria 20 milhas. A distância máxima entre uma cidade e outra seria de 10 milhas; já uma cidade periférica distaria da central apenas 5,22 km.²⁴

Sobre Apucarana, a propaganda que se fazia da região a incluía no *Eldorado* do café, uma vez que a riqueza proporcionada por ele em São Paulo e no Norte do

²³ BATISTA, Raimundo de Brito. Ludovic Surjus: história, histórias. Londrina, Atrito Art, 2005, p.89.

²⁴ PAULA, Zueleide Casagrande de. A cidade e os jardins: Jardim América, de projeto urbano a monumento patrimonial (1915-1986). São Paulo, Ed. Unesp, 2008, p.78.

Paraná instigava a massiva migração para a região. O município se diferencia dos demais do Norte Pioneiro por estar em alta altitude, que lhe confere a alcunha de *Cidade Alta*. Situado sobre um grande divisor de águas em formato de “Y” entre as bacias hidrográficas dos rios Tibagi a leste, Ivaí ao sul e Paranapanema ao norte, o município possui um relevo colinoso, com altitudes compreendidas entre 750 e 860 metros ao longo deste interflúvio principal, até cotas inferiores a 500 metros, nas extremidades Leste, Oeste e Sul²⁵. Essas condições topográficas dificultaram a produção do café, como veremos adiante.

Kurt Jakowatz também imigrante foi responsável por receber os imigrantes alemães na cidade de Rolândia que também está localizada entre o perímetro de domínio da CTNP com a autorização dessa companhia, sobretudo por ser ele um dos primeiros moradores da área e também e funcionário do Hotel Rolândia. Foi também, a serviço da CTNP, um dos primeiros a chegar na área onde hoje se localiza a cidade Apucarana. Acompanhado de Benevides Mesquita e uma equipe de agrimensores, demarcaram o local que deveria abrigar a sede do novo núcleo habitacional.

Os discursos em torno da região são os mais variados, põem em pauta a ideia de ocupação e reocupação. O discurso oficial da CTNP dizia que, não houve conflitos entre os antigos moradores da região e os seus “desbravadores”. Inclusive, ao que se refere a pagamentos realizados, como indenizações para os que ali estavam, pois,

Quando a CTNP adquiriu do Estado as terras devolutas, ela se comprometeu a indenizar todos aqueles que apresentassem títulos de propriedade, o que realmente foi feito. Alguns poucos posseiros encontrados foram removidos, sendo reassentados em outras áreas, sob a responsabilidade da própria Companhia. Face a esse saneamento, não houve conflitos de terras nos domínios da Companhia. Os conflitos que houve como o de Porecatu, por volta de 1950 estavam fora dos seus limites (CERNEV, 1988, p. 118).

Entretanto, de acordo com CANCIAN (1981), WACHOWICZ (2010), PADIS (1981) e TOMAZI (1997) em vários momentos as pesquisas sobre esse período apontam que essa nem sempre foi a prática da CTNP, já que muitos foram expulsos, inclusive com extrema violência, a maioria não possuía qualquer documentação

²⁵ CARNASCIALI, Rogério. Org. Apucarana – Uma História de Sucesso. Apucarana: Ed. Identidade Cultural, 2015, p.11.

sobre as terras, além de ser muito comum a venda de lotes a mais de uma pessoa. Sendo assim, ao chegarem na região, acabavam ocupando terras não demarcadas. Podemos perceber nas palavras do primeiro prefeito de Londrina, que possuía terras onde hoje está localizado o município de Apucarana, que os funcionários iam procurando os “intrusos”, fazendo um levantamento minucioso destes, e quando necessário, acompanhados de jagunços faziam a expulsão. Nas memórias desse ex-prefeito, senhor Joaquim Vicente de Castro, podemos perceber a negação do título de pioneiros a esses pequenos trabalhadores da terra que foram expulsos.

Os estoicos nômades como os Gentis, não considero pioneiros. O mesmo não direi do meu velho amigo Benevides Mesquita, o impávido que atravessou toda esta floresta tropical numa bela montaria, que a serviço da Cia. de Terras Norte do Paraná procedia o levantamento cadastral dos moradores intrusos das terras, aos quais com transbordante nacionalismo, dava conselhos para se afastarem após as colheitas evitando o incomodo dos despejados²⁶.

O discurso construído entre 1930 e 1950, criou uma versão, do ponto de vista de quem dominava, para o processo de (re) ocupação, silenciando a violência e a exclusão imposta aos que já habitavam o município. De acordo com Décio Tomazi (1997) essa prática marcou a reocupação da região norte. E nos anos de 1960 e 1970, após um processo de modernização, o discurso voltou-se para perpetuar e construir a memória sobre os “grandes homens” que fizeram a riqueza do município, estes discursos selecionados, sobretudo, aqueles construídos pelos memorialistas, para dar sustentação à trama histórica, justificando através dessas memórias o progresso daquele período.

Em nossas pesquisas procuramos identificar os inúmeros grupamentos étnicos que fizeram a ocupação do município apucaranesse, porém, encontramos referências sobre aquele realizado por meio da CTNP. No texto publicado em 1968, para comemorar o Jubileu de Prata da emancipação política de Apucarana, destacamos o seguinte fragmento:

²⁶ REVISTA DE APUCARANA – JUBILEU DE PRATA DE APUCARANA. Associação dos Serviços Públicos Municipais de Apucarana. Vol. 1. 1968, p. 18.

As colonizações japonesa, ucraniana, polonesa, alemã, portuguesa, espanhola, árabe, veio a mesclar-se com mulatos, negros, paulistas, mineiros, baianos, cearenses, pernambucanos, sergipanos, cariocas, mato-grossenses, paraibanos, concertando uma fusão que se foi tornando mais frequente, assim que o caldeamento do povo de Apucarana, passada mais de uma geração, admite o liame de todas as raças, formando um grupo étnico de origens várias, sem que possamos admitir – com exceção de algum tradicionalismo japonês – um protótipo²⁷.

O texto denota claramente uma preocupação com o *apucaranaense* que estava se formando, visto que ele responderia pela pujança ou derrocada desse município. Esta preocupação também se manifesta no domínio de determinados grupos sobre outros. A construção das tradições locais, por exemplo, nasce da construção das tradições vigentes no município, que se deu (e se dá) pelo destaque e seleção de famílias e pioneiros que estavam ligados aos primeiros momentos de ocupação da CTNP em Apucarana. A repetição de certos nomes nos escritos da história local – um exercício praticado por memorialistas e por membros do poder local, cujo principal veículo foi a Revista de Apucarana – visava sua inculcação na memória coletiva, ao fazer uso da história como fundadora, – na busca infinda no caso local – destacamos novamente o mito fundador de Mircea Eliade ao identificar o *primeiro* de tudo.

Essa tradição (HOBBSAWM & RANGER, 1997) criada em torno da gênese do município e seus gestores a CTNP, é dinâmica, organizadora do passado. Contudo a história é um processo e em constante transformação, portanto essa memória é sempre atualizada, recriada e atende às necessidades de um presente em constante criação. A força do passado é tida como justificava de ações que moldam e reinventam o presente, de acordo com as necessidades, sejam elas políticas, sociais, religiosas, etc., gerando uma constante (re) invenção dessas tradições, dando “espaço” para aqueles que ao longo do tempo foram sendo substituídos por novas personalidades. Segundo Hobsbawn e Ranger, essas transformações e invenções ocorrem

²⁷ REVISTA DE APUCARANA – JUBILEU DE PRATA DE APUCARANA. Associação dos Serviços Públicos Municipais de Apucarana. Vol. 1. 1968, p. 29.

Quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas tradições” foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta. (Hobsbawm & Ranger, 1997, p.12)

Nessa constante transformação que mostra o presente revisitando o passado em busca da “reorganização” desse presente as inúmeras personalidades que figuram entre os “pioneiros” da região surgem entrelaçados na trama que mantém a tradição. Esta tradição põe em pauta o monumento e a necessidade de criá-lo para que sirvam de local de memória. A (re) criação dos mitos que sustentarão a tradição, confundem-se com outros mitos, no caso de Apucarana são múltiplos, desde as empresas colonizadoras e suas tradições até ao espaço que as novas pesquisas históricas, trazem à essa construção da tradição, qual seja, apontar um lugar histórico àqueles que ocupavam a região antes da CTNP, com uma historiografia que visa repensar as construções identitárias, forjadas principalmente nos anos 1970, quando muito foi escrito sobre a genealogia da região, como é o caso das publicações oficiais da CMNP e dos municípios.

Tão importantes como aquilo que foi escrito e contado, as ausências também dizem muito sobre esse mesmo passado. Em uma publicação sobre Londrina e região de 2004, em comemoração aos oitenta anos do município, é possível encontrar a citação a qual se refere aos heróis anônimos, aqueles que construíram a região e não foram identificados, tantos, milhares que não possuem o seu nome ligado a origem da colonização, e a justificativa se dá por meio de valores econômicos e sociais, destacando a importância daqueles que foram imortalizados nas memórias da região.

São milhares os pioneiros de nacionalidade brasileira que passaram por este quinhão do Norte do Paraná que viria a ser Londrina, no período das primeiras ocupações de terras e após a colonização dos ingleses, mas eles ficaram anônimos no registro histórico documental. Porque, na grande maioria, eram operários braçais que não vieram para adquirir terras, mas para trabalhar com empregados ou por conta própria, em pequenos negócios e ofícios²⁸.

²⁸ MACARINI, Walmor. Londrina Paraná Brasil: raízes e dados históricos – 1930-2004. Londrina: Edições Humanidades, 2004, p.80.

Neste ponto é possível observarmos como o ato de “comprar terras” está diretamente ligado ao conceito de pioneiro na região norte do Paraná. O discurso sinaliza para o fato de aqueles que migraram para a região a procura de trabalho em terras de terceiros, não alcançar o mesmo prestígio daqueles que os empregaram. Neste sentido, o sucesso financeiro dos ocupantes do município foi o medidor na construção da memória local, aqueles que conseguiram conquistar a riqueza prometida através da propaganda do *Eldorado* conseguiram também o reconhecimento por meio da memória escrita, por exemplo, pelos memorialistas, sobretudo aqueles que escreveram na Revista Apucarana²⁹. Mais adiante no mesmo texto citado, é possível perceber a questão do anonimato destes tantos outros desbravadores e pioneiros, que destaca na seleção da história local em torno das grandes realizações.

Esse exército de pessoas, sem as quais a cidade não teria sido construída, forma um universo dos esquecidos. Culpa não coube a ninguém por essa omissão. Algumas dessas pessoas voltaram para as regiões de origem ou mudaram-se para outros lugares. Entre os que ficaram e não ganharam destaque na documentação histórica figuram aqueles que chegaram anônimos e anônimos continuaram. Porque a história costuma registrar apenas as pessoas que se destacam por fatos que transcendam o normal³⁰.

Aos milhares de homens e mulheres que chegaram na região, muitos foram expulsos, tantos outros voltaram as suas origens, e poucos dos que permaneceram receberam destaque, principalmente por sua capacidade de enriquecer. Entendemos aqui o entrelaçar entre a história e a memória sobre a história de uma região, ou um município, como nesse caso, que não é o simples retorno ao passado, mas esse movimento está diretamente ligado à identidade que se construiu a partir das origens identitárias dos sujeitos, assim como, na construção daquela que se vincula ao local, no caso, Apucarana. E indiretamente com a própria persistência destes sujeitos na existência de um futuro³¹. A luta que o ser humano trava é para continuar existindo mesmo após a morte, tal qual se as lembranças dos outros o tornasse imortal. Sabemos ser impossível que a história se recorde de todos os homens que dela fizeram parte, mas o que nos move nesta pesquisa, é

²⁹ A Revista Apucarana circulou no município entre

³⁰ Ibidem.

³¹ ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias. Trad. MOULIN, Nilson. São Paulo, Ed. Unesp, 2010, p.24.

compreender como ocorrem essas escolhas da escrita da história sobre os ocupantes de um determinado período da história de Apucarana. Será que assim como citado, a *“história costuma registrar o que transcende o normal”*? De acordo com Le Goff (1990) a história e a memória é um jogo de muitas mãos, que buscam reescrever a história dos seus, criando no passado a teleologia do presente, e nessas práticas do lembrar, o esquecimento é inevitável.

1.3 A MONUMENTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA

A relatividade entre o quantitativo demográfico e o qualitativo, no que se refere principalmente aos aspectos econômicos e tecnológicos, fez da cidade de Apucarana um devir contínuo, que se expressa nas constantes expressões de sua identidade³². As mudanças sociais e econômicas entre os anos de sua fundação e os anos 70, tornaram múltiplas as identidades defendidas no Jubileu de Prata, do “pioneiro do café” ao lojista, empresários, entre outros.

O ciclo do café até a década de 1970, e depois a soja, fizeram surgir novos grupamentos sociais. Porém, vemos a repetição do passado se perpetuar como tradição. Para impedi-la de desaparecer com o gradual processo de esquecimento e substituição dessas memórias, seus construtores tomaram algumas iniciativas necessárias para resguardá-las.

No processo de pesquisa tivemos acesso a muitos anuários sobre o município de Apucarana, e em todos eles identificamos uma preocupação de remontar a gênese do município, voltamos ao mito fundador ou à busca do princípio e nesse decurso volta-se à prática de dar destaque a este ou aquele “pioneiro”. Em quase todas as publicações encontradas a referência histórica, é antes de mais nada, memórias individuais.

Francisco Soares Dias Sobrinho³³, é um dos casos dessas narrativas individuais memorialísticas, mais conhecido no município como Seu Chiquinho, chegou à região em 1952. Realizamos uma entrevista com esse memorialista e este afirmou ter *“visto e ouvido”* tudo o que ocorreu para formar o que hoje é Apucarana. De acordo com Ecleia Bossi (1994), ele relata aquilo que selecionou em suas

³² Produtora de café, Capital do Boné, Cidade Alta, Cidade Educação e outros.

³³ Entrevista concedida em 2014, com gravação e transcrição das informações com concessão para uso público pelo entrevistado.

lembranças, e estas são salientadas também em suas diversas publicações sobre Apucarana. Seu Chiquinho, faz uso de poemas, para narrar o heroísmo de uns e a sorte de outros, ao lado de uma narrativa que busca detalhar as ações políticas e econômicas dos “pioneiros” da cidade, sobretudo, os que se destacaram durante as décadas de 1940 e 1950. Em sua obra intitulada, “Norte do Paraná - Apucarana em Prosa e Verso”³⁴, fez um percurso pelas memórias do município, citando pessoas e seus feitos, muitos dos quais, já possuem o prestígio social deste passado.

Em boa parte, é possível ver a valorização dos grandes fazendeiros, produtores principalmente de café, mas esse discurso não relata com exclusividade suas memórias, ao contrário, faz parte de uma proposta oficial, construída há duas ou três décadas de seus acontecimentos, em um momento em que era necessário consolidar as memórias e discursos a serem preservados, não como urgência individual, mas como memória coletiva. Seus escritos reforçam a tradição do pioneiro, dos feitos dos que venceram na região e igualmente do mito fundador.

A historiografia produzida nos últimos anos sobre a região³⁵, têm desconstruído o discurso oficial dos grandes pioneiros, ligados principalmente a CTNP. A ideia de que os pioneiros foram os responsáveis pela pujança da região tendo à frente a CTNP tornou-se tradição no “Norte”. Este discurso tradicional foi perpetuado durante as décadas de 1960 e 1970. Seus protagonistas figuram como conquistadores e a memória e a história buscaram consolidá-los nesse “lugar” como conquistadores de fortuna com a terra, com o café; foram consolidados como desbravadores.

³⁴ SOBRINHO, Francisco Soares Dias. Norte do Paraná – Apucarana em Prosa e Verso. Apucarana – PR. Gráfica Diocesana, 2007.

³⁵ ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. Historiografia norte paranaense: alguns apontamentos. In: ALEGRO, Regina Célia et ali. Temas e questões para o ensino de história do Paraná. Londrina (PR): Eduel, 2008, p. 1-26.

ARIAS NETO, José Miguel. Pioneirismo: Discurso político e identidade regional. In: História & Ensino. Londrina. 01:69-82, 1995.

PAULA, Zueleide Casagrande de. A relação Antagonista entre homem e natureza no Processo de colonização/ (re) ocupação do norte paranaense. p.279-312. ARRUDA, G. (org.) In: Natureza, Fronteira e Território: imagens e narrativas. Londrina: EDUEL, 2005.

PAULA, Zueleide Casagrande de. Maringá: coração verde do Brasil. Dissertação de mestrado, 1998, p. 264. Assis, Programa de Pós-graduação em História Social. Unesp, 1998.

TOMAZI, Nelson Dacio. Norte do Paraná: História e Fantasmagorias. Curitiba, Tese de Doutorado, UFPR, 1997.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. História Do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2010.

De 1970 em diante, a historiografia repete este conjunto de ideias e imagens acriticamente. Este discurso é reproduzido até hoje, nos textos acadêmicos ou não, como se fosse inquestionável. [...] O norte do Paraná se distingue pelas representações do progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, terra roxa, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo³⁶.

Mesmo com esse repensar a história local do ponto de vista acadêmico, as práticas políticas também renovam suas tradições com um eterno retorno aos símbolos desse passado, formando um elo a ser constantemente ressignificado com ele, buscando manter o sentimento de pertença e origem. Ao completar 73 anos em 2016, o município possui um monumento aos pioneiros, instigado pela percepção social de seus “fundadores”.

Este monumento foi construído no ano de 2010, e inaugurado no dia 07 de junho daquele ano, ocupa a revitalizada Praça Jorge Andrighetto, à Rua Talita Bresolin, ao lado do Cemitério da Saudade. Composto por 32 totens de tijolos coberto por uma tinta estilo “grafiato” na cor laranja de um metro de altura e quarenta centímetros de largura, contando com duas placas de aço com nome, foto e breve descrição do homenageado, sendo dois homenageados por totem, em lados opostos do mesmo. Além destes, 6 totens homenageiam seis distintos pioneiros, colocando-os em evidência em um bloco menor, com apenas uma placa. A descrição aqui realizada partiu de visitas ao local, e através de documentos do IDEPPLAN (Instituto de Desenvolvimento, Pesquisa e Planejamento de Apucarana). A proposta de Daniela Pagani Thomal, a arquiteta responsável pelo projeto, “*era criar um local público que também contribua culturalmente para a cidade*”³⁷.

A diretora-presidente do IDEPPLAN, a arquiteta Lara Torres, em entrevista ao jornal Tribuna do Norte, no dia da inauguração informou que, “*esta história, no entanto, não se encontrava registrada em livros, e para isto, foi feita uma extensa pesquisa com a colaboração de uma comissão com conhecimento da história de Apucarana*”³⁸. A comissão formada para tal, traz nomes já citados neste trabalho como Francisco Soares Dias Sobrinho e Eloir Milano.

³⁶ TOMAZI, 1997, p.2.

³⁷ Reportagem do Jornal Tribuna do Norte, publicada em 07 de junho de 2010, intitulada: “*Totens em Praça homenageiam pioneiros*”. Também disponível na versão digital em: <http://tnonline.uol.com.br/noticias/regiao/32,26141,07,06,totens-em-praca-homenageiam-pioneiros.shtml> . Acesso em: 24/07/2016, às 17:45.

³⁸ Idem.

Cabe ressaltar, que ao centro dos totens já mencionados, há um maior com aproximadamente três metros de altura, na mesma cor e estilo, diferindo apenas pelas grandes placas de cada lado com cem nomes em cada, sendo esses mencionados como pioneiros, por terem chegado ao município antes de 1943, em sua maioria familiares dos homenageados individualmente, tornando este uma “continuação” das placas individuais. Neste totem, não há menção a profissão ou feitos, apenas o nominal em sequência alfabética.

Figura 2 – Monumento aos pioneiros em Apucarana.



Elaborada pelo próprio autor, maio/2016.

O passado não oficial, pode surgir em determinados momentos de renegociação de que memória e que história se quer preservar, esse movimento de negociação faz parte da manutenção da tradição ou de sua renovação em seus aspectos coletivos e/ou individuais.

A memória social, que ao contrário da narrativa unívoca de um determinado grupo é quem promove a transformação da memória histórica, o faz, eventualmente por contestações desse passado e dessa memória, pois as pesquisas tem o papel de trazer luz a fatos e eventos narrados e dali surgirão novas lembranças, memórias e a história se transforma.

No caso de Apucarana, o mito criador de acordo com Hobsbawn & Ranger (1997) ainda está presente, quando referenciamos o monumento dos pioneiros,

onde abaixo de cada placa encontramos à que profissão esse indivíduo pode ser ligado, como por exemplo o primeiro dentista, o primeiro contador, o primeiro professor, etc.

Os nomes que aparecem nesse monumento são os mesmos que compõem a lista de pessoas importantes da cidade que foram elencados pelos memorialistas e colocados como referência desse passado que se quer preservar. Para que se possa entender quem são esses cidadãos, seus nomes serão elencados a seguir, contudo alertamos para a longa lista de nomes, porém sem que o leitor saiba quem são, fica difícil entender porque se fez um monumento em homenagem a eles.

Tabela 1 – Lista dos homenageados no “Quartirão das personalidades”

1- Manoel Ribas
Interventor do Paraná
2- Tenente Coronel Luís José dos Santos
1º Prefeito Nomeado de Apucarana
3- Jorge Amim Maia
1º Presidente da Câmara de Apucarana
4- Antonio Franco Ferreira da Costa
1º Juiz de Direito de Apucarana
5- Pe. Francisco Körner
1º Pároco de Apucarana
6- José Maria Pinto
1º Funcionário Público Municipal
7- Octávio Pereira de Mello
1º Farmacêutico de Apucarana
8- Yolanda Jorge de Mello
1ª Agente dos Correios de Apucarana
9- Wilde Luzia Borghi Formigoni
1ª Professora de Apucarana
10- Benevides Mesquita
1ª Pessoa a chegar em Apucarana
11- Dom Romeu Alberti
1º Bispo de Apucarana
12- Kurt Jakowatz
1º Auxiliar de Agrimensura da Cia. de Terras a chegar em Apucarana
13- Joaquim Vicente de Castro
1º Pioneiro E 1º Engenheiro Civil de Apucarana
14- Fileto Alves
1º Oficial de Justiça de Apucarana.

15- Comissão dos Duzentos ³⁹
16- Jonas Matulaitis
Proprietário da 1º Oficina Mecânica de Apucarana
17- Gregório Holak
1º Ferreiro de Apucarana
18- Wilson Franco de Lucena
1º Presidente da Associação dos Advogados de Apucarana
19- José Ribeiro de Souza
1º Diretor do 1º Jornal de Apucarana
20- Manoel Bernardes dos Reis
Fundador do Distrito Vila Reis
21- Yoshinori Fukushima
1º A Plantar Mudas de Café em Apucarana
22- Giácomo Gagini
1º Chefe do Serviço de Acordo e Classificação de Cereais de Apucarana
23- Adriano Correa
Precursor da Radiofonia em Apucarana
24- Antonio Vieira
1º Agente Funerário de Apucarana
25- Jerônimo Milano
1º Químico de Apucarana
26- (Placa Sem Foto) Pedro Firman Neto
1º Promotor de Justiça de Apucarana
27- Ruy Ferreira da Luz
1º Oficial do Cartório Geral de Imóveis de Apucarana
28- Mário Miranda
1º Presidente da Associação Comercial e Industrial de Apucarana
29- Omar Sabagg
1º Diretor do 1º Ginásio Municipal de Apucarana
30- (Placa Sem Foto) - Antonio Gdula
1º Pintor de Edificações de Apucarana
31 - Alípio Santos Xisto
1º Guarda-Livros de Apucarana
32 - Fritz Bredemann
Dono da 1ª Serraria de Apucarana
33- João Joekel
1º Celeiro de Apucarana
34- Helio Bonetto

³⁹ Homens de Apucarana que, com o desejo de emancipação do município, contribuíram com CR\$ 200,00 cada um, para custear as despesas para a criação do Município, fato que ocorreu pelo decreto nº 1990 de 30 de dezembro de 1.943.

1º Médico de Apucarana
35- Octávio de Sá Barreto
1º Tabelião do 1º Tabelionato de Notas de Apucarana
36- José Salomão Filho
1º Despachante de Trânsito de Apucarana
37- Tapir Lopes
1º Presidente do Rotary Club de Apucarana
1º Presidente da Loja Maçônica “ Trabalho, Ciência e Virtude” de Apucarana
38- Adão Kaniewski
1º Comerciante de Apucarana
39- Antonio José De Oliveira (Tonico Mineiro)
1º Agente Policial de Apucarana
40- Bruno Walter Pusch
1º Odontólogo de Apucarana
41- Manoel Gouveia
1º Morador do Distrito de Pirapó
42- Antonio Roque Pedroso
1º Morador do Distrito de Correia de Freitas
43- Emílio Índio do Brasil Von Linsingen
1º Advogado de Apucarana
44-Casemiro Blanski
1º Fotógrafo Profissional de Apucarana
45- Dinarte Pereira de Araújo
1º Oficial do Cartório de Registro Civil de Apucarana
46- Antonio Gonçalves Silva
1º Gerente do 1º Banco De Apucarana
47- João Baptista Gnoato
Fundador da 1ª Entidade de Caráter Assistencial
48- Carlos Massaretto
1º Prefeito Eleito de Apucarana
49- Saul Guimarães da Costa
1º Vice- Prefeito de Apucarana
50- Laurindo Vieira
1º Operador do 1º Cinema de Apucarana
51- Marino Pereira
1º Pres. Lions Club de Apucarana
52- Hermine Joanna Pusch Fonseca
1ª Parteira e Enfermeira de Apucarana
53- Clóvis Fonseca
1º Agrimensor de Apucarana
54- Carlos Schimidt
Fundador da Fazenda Santo Ângelo

55- José Martins de Oliveira
Proprietário da 1ª Olaria de Apucarana
56- Eduardo Benjamim Hosken
1º Presidente da Comissão Pro-Criação do Município
57- Pastor Eufêmius Mialik
1º Pastor de Igreja Evangélica de Apucarana
58 - Manoel Sales de Oliveira
1º Maestro da Banda Municipal de Apucarana
59- Pedro Pereira de Araújo
1º Presidente do Gera – 1º Clube de Futebol de Apucarana
60- João Maria Massarico
1º Sapateiro de Apucarana
61- Carmelita Vicente
Dona da Primeira Pensão de Apucarana
62- Cyomara Balthazar
1ª Miss Apucarana
63- Antonio de Oliveira Rosa
Proprietário da Primeira Livraria de Apucarana
64- João Batista Boscardin Junior
Proprietário da 1ª Agência de Veículos de Apucarana
65- João Mizga
1º Alfaiate de Apucarana
66- Emílio Santos Costa
1º Delegado de Apucarana
67- Jorge Andriquetto
1º Diretor da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
68- Osório Ribas de Paula
1º Presidente do 1º Clube Social - “28 De Janeiro”
69- Adão Iwankiw
1º Coletor Federal de Apucarana
70- Caterina Balan
“Mãe Pioneira”
71- Angelino Massambani
1º Morador do Distrito de São Pedro

Lista cedida pelo IDEPPLAN de Apucarana, em 25 de abril de 2015

A lista tal qual aqui reproduzida foi elaborado pelos memorialistas já citados, e de acordo com Lara Torres, “o processo se deu através das memórias destes, elencando aqueles que consideravam importantes por este ou aquele motivo”, posteriormente foi realizado uma pesquisa junto ao arquivo municipal de notas, projetos e alvarás, situado na própria prefeitura municipal. Aqui utilizamos a lista não

apenas como um descritivo do monumento, que também consideramos necessário, porém, percebemos que a mesma, possibilita uma maior visibilidade das escolhas em torno de seus representantes, tendo como “primeiro” a busca das pesquisas, o que reitera a “construção das tradições” (HOBBSAWN & RANGER, 1997) que consideramos ao buscar estabelecer as disputas identitárias (HALL, 1992) e da memória (LE GOFF, 1990) do município.

Estes são os nomes dos homenageados que figuram no monumento em estudo. Como pode ser observado na relação, há 71 pessoas homenageadas, mas essa homenagem privilegia os “homens da política” e aos “primeiros”, ou seja, o mito fundador está presente também no critério de seleção dos representados nessa homenagem, portanto, a lista de homenageados nos monumentos que compõe o “quarteirão das personalidades” como é conhecido, vem reiterar a ideia do mito fundador para a história do município de Apucarana. Nesse sentido a memória local foi toda construída a partir dessa relação com o primeiro, aquele como sendo o mais importante que todos os demais que construíram a cidade de Apucarana.

Esses mesmos homenageados estão citados em cada uma das placas postas na praça. Seus nomes estabelecem a “função” do nomeado. Em sua maioria são política, mas também há funções dos vieses econômicos. Aqui é evidente o que Hobsbawn e Ranger denominam de renovação da tradição, pois anteriormente, ou seja, até final do século XX, os “pioneiros” eram de predomínio rural, ligada aos nomes do café como antes citado pela CTNP, agora não são apenas rurais, mas foram acrescentados os urbanos, como por exemplo: o dono da loja de carros, o pintor, o dono de serraria, celeiro, etc. ou seja, a tradição foi acrescida pela pujança do capital daqueles que mantém o comércio tradicional da cidade.

Ao se estabelecer as placas e as imagens e os textos que se referem a essas personalidades locais, muitos delas ainda vivas e atuantes no espaço urbano – mesmo que essas placas tragam nomes que são alterados com o tempo, em razão da mudança advinda do cenário urbano – mesmo que ocorra de acordo com o movimento econômico do mercado local, sempre influenciado pelo movimento do mercado nacional, ainda assim, essas personalidades proporcionam uma ligação íntima entre o passante e a história. Não entre o sujeito histórico e o processo histórico, pois ser histórico não é ser espectador da história. O modo como se trata da memória em Apucarana exclui aqueles que não são “primeiros” ou que não

tenham praticado um feito, ou não tenham posses para serem lembrados na memória dos concidadãos.

A memória, nesse caso, atua como fonte de referentes identitários, como pilar a partir do qual se edificam as identidades, cujas vigas mestras são evocadas do passado, sob a forma de lembranças.

A memória tem o papel de atuar na transformação do passado, em fontes como o referido monumento, para a construção do presente. A memória é assim um fenômeno construído e essa construção em nível individual, como considera Pollak⁴⁰ é resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Assim, também se dá em relação a memória social. A memória não é algo dado a priori, mas construída por sujeitos e grupos, em função de preocupações pessoais e políticas do presente, como o caso das placas em Apucarana só que no plano social essa construção ocorre na maioria das vezes de maneira consciente.

A existência e significação desse monumento leva-o a condição de monumento patrimonial da cultura material, isso não é algo tão simples de ocorrer e de se explicar, pois a apropriação coletiva deve ocorrer, para torná-lo de interesse público. O monumento deve trazer a identificação daquelas memórias que se quis preservar e que ele expressa de modo que ao ser visto possa lembrar quem o vê da história de seus próprios cidadãos.

O cotidiano das cidades contemporâneas, é ditado por um ritmo acelerado. As pessoas caminham cada vez mais rápido no trajeto entre a casa e o trabalho, escola, etc. No caso de Apucarana, o monumento foi construído numa praça, lugar de passagem dos transeuntes. A escolha de um espaço como a praça se deve por ser um espaço de convivência, além de simbolicamente, ser a praça do primeiro cemitério do município, que resistiu às construções modernas do entorno.

Esse espaço é arborizado, com bancos e brinquedos de ferro, torna-se um lugar de convivência, de uma pequena parcela da população local, mas ainda assim, diante da malha urbana, um refúgio em meio a agitação do deslocamento de carros, bicicletas, motos, carrinhos de bebê e pedestres. Para Françoise Choay “a função

⁴⁰ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212

social dos espaços livres dentro da cidade consiste em permitir que os indivíduos se reúnam”⁴¹.

E como afirma Néstor Garcia Canclini *os espaços públicos e seus patrimônios culturais também são espaços de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos e de inserção das vozes silenciadas ou dissonantes*⁴². No caso de Apucarana “O patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens”⁴³.

A memória que se quer preservar corresponde as duas primeiras décadas de existência do município, contudo, em nossas pesquisas, podemos compreender que as ausências memorialistas nas décadas seguintes, estão intimamente ligadas ao período militar e sua ação em Apucarana. Como veremos no capítulo a seguir, o jogo da memória que se faz, em determinados momentos escolhe lembrar e a consequente marginalização das memórias.

⁴¹ CHOAY, Françoise. O URBANISMO: Utopias e Realidades- uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979, p.290.

⁴² CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2000, p.79.

⁴³ IBIDEM.

CAPÍTULO 2

O PERÍODO MILITAR EM APUCARANA

2.1 OS MILITARES VIERAM PARA ESPANTAR O “FANTASMA COMUNISTA”

No capítulo anterior podemos observar as construções identitárias em torno da gênese do município de Apucarana, construídas nos anos 1940 e 1950. Contudo há um período muito significativo na história apucaranesa que foi o da Ditadura Civil-Militar e que está na base identitária e na memória da história local, como procuraremos mostrar. Na década de 1960 o Brasil passava por um processo político que o levaria a uma ditadura militar que durou mais de 20 anos. Em 31 de março de 1964, os militares tomaram o poder para afastar o “fantasma comunista”⁴⁴.

Ao se falar da ditadura, imagina-se a nação como um todo, porém, se estudado o país em suas regionalidades ou mesmo localidades, ver-se-á por outro ângulo, que há especificidades marcantes, e que a soma de todas elas compõem a história do Brasil. Nesse sentido, a contribuição nesse trabalho, vem com a interpretação das fontes locais sobre a história e memória dos apucaraneses sobre esse período. Para tanto, além dos autores já em cena chamamos a contribuição de Norbert Elias⁴⁵, por meio de seus conceitos⁴⁶ básicos, os quais, contribuirão para que possamos fundamentar melhor a ideia da formação identitárias em questão. Este autor desenvolve uma discussão em torno dos indivíduos inseridos em sociedade. Sociedade esta que muitas vezes se torna tão aglutinante que deixa escapar as especificidades das lutas regionais e locais⁴⁷ em seus discursos.

Para abordarmos a ditadura e o poder dos militares em Apucarana no norte do Paraná, faz-se relevante mencionar os caminhos que levaram a essas duas

⁴⁴ FAUSTO, 1995.

⁴⁵ “Para onde quer que nos voltemos, deparamos com as mesmas antinomias: temos uma certa ideia tradicional do que somos como indivíduos. E temos uma noção mais ou menos distinta do que queremos dizer ao pronunciar o termo “sociedade”. Mas essas duas ideias – a consciência que temos de nós como sociedade, de um lado, e como indivíduos, de outro – nunca chegam a coalescer inteiramente” (ELIAS, 1994, p.67)

⁴⁶ Os conceitos aqui explorados referem-se a ideia de sociedade e indivíduo, uma vez que labutaremos sobre o “eu” e o “nós”, nessa constante construção, estabelecendo ideias como costumes e moral, apesar de não ser estes nossos pontos centrais de pesquisa.

⁴⁷ Utilizamos do conceito regional e local a fim de definir a abrangência das manifestações e atuações, no sentido geográfico, uma vez que não há interesses em qualificá-los ou ordená-los em grau de importância.

décadas de estado de exceção⁴⁸. A crise no governo de João Belchior Marques Goulart, mas conhecido como João Goulart ou Jango, foi o estopim de um conflito que se desenvolvia desde a época de Getúlio Vargas.

De acordo com Milton Ivan Heller (1988) a ameaça comunista já rondava os ânimos dos políticos brasileiros desde a década de 1930, quando se usava esta ameaça como ferramenta de controle social. O poder dos militares concentrava-se na possibilidade de coordenar, determinar e conduzir o comportamento de toda uma sociedade. Seu poder se garantia em sua legitimidade. Mas como seria possível pensar em legitimidade em um estado de exceção? No caso dos militares brasileiros isso se deu através de algumas ações que pretendiam simular uma democracia que permeava os discursos.

Atos institucionais, constituição, partidos de oposição permitidos, intensa propaganda e desfiles estão entre as ações propostas que compunham a imagem dos militares no poder, que endurecendo buscavam parecer cada vez mais próximos dos oprimidos. O golpe militar⁴⁹, defendeu a ideia de estar livrando o país desse compromisso do presidente com as reformas de base que afetariam a todos.

Ainda em conformidade com HELLER (1988), ou, BRUNELO (2009), para que seus anseios fossem atendidos, os militares utilizaram a censura, as limitações dos direitos políticos, violência e a tortura. Os contraventores⁵⁰ e os opositores da ditadura, foram fortemente reprimidos por todo o país, e não só nos grandes centros, mas em cidades interioranas como Apucarana. As forças de resistência, muitas vezes armadas, logo foram respondidas com mais violência, destacado o período pós-68, com o decreto do AI-5⁵¹.

⁴⁸ O estado de exceção (ou de emergência, de sítio) é pensado como um dispositivo legal capaz de suprimir alguns procedimentos democráticos em vista de uma ameaça externa à soberania estatal. AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Homo sacer II, 1. São Paulo: Boitempo, 2004.

⁴⁹ E devemos ressaltar também civil pelo forte apoio de algumas camadas sociais conservadoras, que viam no governo de João Goulart uma ameaça comunista.

⁵⁰ De acordo com o código civil brasileiro, “contravenção” corresponde a um crime de menor dolo, sendo punível com prisões de curto espaço de tempo ou multa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13688.htm. Acesso em: 27/07/2016 às 07:30.

⁵¹ “Apesar da repressão e das prisões arbitrárias, feitas aos milhares em todo o país, o povo saiu às ruas em 1967 e 68, para exigir a restauração da normalidade democrática, com destacada participação do movimento estudantil. O sistema reagiu com o Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968, que representou uma nova escalada de violência e de arbítrio contra a nação indefesa. E a tortura tornou-se uma prática rotineira, principalmente nas prisões militares”. HELLER, Milton Ivan. Resistência democrática – A repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.648.

Entretanto, a defesa da democracia, segundo o general-presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, ocorreria mesmo que para isso fosse necessário “prender e arrebentar” (AQUINO, 2000, p. 272). Literalmente, “prender e arrebentar” não eram atributos e continuam não sendo qualidades da democracia. Porém, a manutenção do fictício governo democrático era articulada por um regime de exceção e por mecanismos de repressão que procuravam, em grande parte, silenciar a oposição política⁵².

A falácia da democracia que era divulgada pelos meios de comunicação de massa e nos discursos das autoridades, assim como a citada acima pelo general-presidente Figueiredo, era desmascarada pelos atos de violência contra os opositores ao regime militar em todo o país. As prisões dos contraventores eram constantes, ainda em concomitância com a obra *Brasil Nunca Mais* (1985)⁵³ e HELLER (1988), algumas eram rápidas e outras até hoje não solucionadas, com prisioneiros desaparecidos e muitos dados como mortos, sem o acesso aos corpos. A repressão desmascarava essa falácia de pseudodemocracia que se tentava demonstrar. A democracia substancial⁵⁴ apregoada pelos militares não se revelava em suas práticas, e isso foi vivenciado nas cidades, grandes e pequenas, mas a legitimidade buscada por aqueles, fez com que a classe média ainda sentisse nos seus líderes a força libertadora e revolucionária. Por isso, não é incomum encontrar discursos apologéticos ao regime militar e sua confiabilidade, endossada pela pretensa ausência de crimes, corrupção e crises econômicas, o que sabemos estar sobrepujada por um ostensivo trabalho de propagandas e campanhas ufanistas durante o período militar.

No que se refere ao município de Apucarana, a prática da ação militar pode ser “recuperada”, no decorrer desta pesquisa, pelo trabalho com história oral, por meio da qual visamos tratar os discursos que foram construídos nessa localidade e que ainda hoje reverberam.

Entre os entrevistados, o senhor Eloir Milano, funcionário público municipal durante toda o período. Ao ser questionado sobre o papel dos militares no município

⁵² BRUNELO, Leandro. Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias. Maringá, EDUEM, 2009, p. 19.

⁵³ BRASIL NUNCA MAIS. Um relato para a História. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁵⁴ Emprestamos o conceito “democracia substancial”. O conceito “*democracia substancial*” é um termo utilizado por áreas como direito e serviço social. Nos apropriamos dele por entendermos que pretendeu-se forjar a ideia de democracia mesmo em meio a um período de exceção e possivelmente esse conceito melhor explique o que almejamos dizer. De acordo com Luiz Vergílio Dalla-Rosa, “*a distinção entre a democracia (enquanto forma de exercício do poder) formal - que se caracteriza pela representatividade, baseada no princípio da maioria como fonte de legalidade; e substancial - como estado possuidor de garantias efetivas (quer liberais, quer sociais)*”. In: DALLA-ROSA, L.V. **O poder Judiciário e a democracia substancial**. Revista Justiça do Direito. v.28 n.2, 2014, p.107.

– uma vez que a criação do 30º Batalhão Motorizado em 1971, alicerçado na 4ª Infantaria do Exército de Ponta Grossa, havia sido deslocada para Apucarana em 1965 – relata: “*era muito bom, não se via nem bandido nas ruas, o exército era pacato*”.⁵⁵

Tal depoimento aponta a percepção do morador local a respeito da ação do exército sobre a forma como este agia no município e em que medida havia a resistência contra a ditadura. Nesse sentido observamos que o intuito em trabalhar com depoimentos orais é o de demonstrar que apesar de um clima de paz, a história oral contribui significativamente para a compreensão do que tenha sido o passado histórico dessa região. À medida que a fala do depoente ao ser cruzada com outro tipo de documento nos permite apresentar outra versão.⁵⁶ Há outros depoimentos que contestam essa versão e apresentam outra construção discursiva sobre a memória local. Sobretudo aquela que se refere, como veremos em outros documentos, à violência que marcou o uso das salas escuras do 30º Batalhão, relata perseguições, exílios e assassinatos, conforme expõe os relatos obtidos por Antônio Narciso Pires de Camargo, na publicação *Depoimentos para a história – A resistência à Ditadura Militar no Paraná*⁵⁷, onde dezenas de depoimentos apontam as perseguições ocorridas no Paraná, entre eles, inúmeros na cidade de Apucarana.

2.2 APUCARANA COMO SEDE DO MILITARISMO

O município de Apucarana faz parte da região do “Norte Novo do Paraná⁵⁸”, localizado geograficamente entre as cidades metropolitanas de Londrina e Maringá. Possivelmente, entre as várias razões que levaram a instalação do 30º Batalhão da

⁵⁵ Depoimento de Eloir Milano em entrevista no dia 22/09/2015.

⁵⁶ Essa ‘História de experiência’ é, para o historiador Lutz Niethammer, uma possibilidade de nos aproximarmos empiricamente de algo como o ‘significado da história dentro da história’ e ‘permite questionar de modo crítico a aplicação de teorias macrossociológicas sobre o passado. A capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica – e nesse sentido permite a ‘mudança de perspectiva’. ALBERTI, Verena. Fontes Oraís – Histórias dentro da História. In: Fontes Históricas. Org. PINSKY, Carla Bassanezi. 2.ed. 2ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2010, p.166.

⁵⁷ OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Orgs. Antônio Narciso Pires de Oliveira; Fábio Bacila Sahd; Silvia Calciolari. Curitiba. DHPaz, 2014, 328 p.

⁵⁸ “A região Norte do Paraná corresponde a combinação dos limites físicos da cultura cafeeira com a ocupação populacional promovida pelas empresas de colonização. Dentro do denominado norte paranaense podemos ainda identificar três microrregiões de acordo com seu processo de ocupação: Norte Velho ou Pioneiro com as cidades de Jacarezinho, Assaí, Wenceslau Braz, Cambará, Cornélio Procópio, entre outras; o Norte Novo com as cidades de Londrina, Rolândia, Cambé, Apucarana, Arapongas, Mandaguari, Maringá, entre outras e por fim o Norte Novíssimo com Cianorte, Campo Mourão, Jussara, Nova Olímpia, Umuarama, entre outras”. LOPES, Ana Yara D. P. (1982). Pioneiros do capital; a colonização do norte novo do Paraná. São Paulo. Dissertação (mestrado) apresentada à FFLCH/USP, p.16.

Infantaria Motorizada⁵⁹, pois apresenta uma localização estratégica, está exatamente entre as duas maiores cidades dessa região. Cabe informar que durante o período de instalação do 30º Batalhão da Infantaria Motorizada, houve mudanças, entre essas destaca-se a existência do “Tiros de Guerra”. Tais mudanças também serão tratadas neste capítulo ao se abordar a referida cidade em convivência com o militarismo e a hierarquia militar.

De acordo com as informações disponíveis no site do Exército Brasileiro⁶⁰ e na página específica dos TGs⁶¹ (Tiros de Guerra), a principal diferença entre eles está na atribuição dos órgãos. Enquanto os TGs são Órgãos de Formação de Reserva (OFR), ou seja, preparam jovens na idade de alistamento para um possível conflito, conciliando estudo e trabalho, uma vez que os treinamentos ocorrem no início das manhãs e fins de semana, os batalhões fazem parte da Organização Militar Ativa (OMA), àqueles que fazem parte direta e ativamente do Exército Brasileiro.

Segundo Selma Lúcia de Moura Gonzales⁶², frequentemente, os Tiros de Guerra estão localizados em cidades que possuem centralidade sub-regional, polarizando municípios menores. A maioria dos municípios que conta com Tiros de Guerra apresenta uma média populacional que varia de 50.000 a 200.000 habitantes. Este estudo vem referendar a leitura de que a centralidade do município foi uma das razões da escolha de Apucarana como sede do 30º Batalhão.

Entretanto outros indícios nos levaram a essa compreensão, assim vejamos o mapa da figura 2, no qual podemos perceber o entroncamento de Apucarana em relação as outras duas cidades. Essa mesma centralidade ocorre em outra direção, a qual forma a rota de ligação com o município de Ponta Grossa, através da BR-376⁶³. É necessário ressaltar que é a partir do 13º BIB (Batalhão de Infantaria

⁶⁰ <http://www.eb.mil.br/> Acesso em: 07/12/2015 às 04:25.

⁶¹ <http://tirodeguerra.dsm.eb.mil.br/> Acesso em: 07/12/2015 às 04:56.

⁶² GONZALES, Selma Lúcia de Moura. A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia de presença. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2008, p.85. Disponível em:

<http://tirodeguerra.dsm.eb.mil.br/phocadownload/tese/Tese%20de%20Doutorado%20TG.pdf>, acesso em 07/12/2015 às 05:50.

⁶³ “A BR-376 foi inaugurada oficialmente em 25 de julho de 1965, sendo considerada a maior obra de seu gênero entre 1961 e 1965 com aproximadamente de 530 km de extensão desde Paranaguá até Maringá”. DER- Departamento de Estradas e Rodagem – Paraná. Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11> . Acesso em: 13/07/2016 às 07:08.

altitude do município, visto que esta é a região mais alta entre o trecho Maringá-Londrina da região. Esta altitude rendeu à cidade Apucarana a alcunha de “Cidade Alta”⁶⁸.

Sua posição geográfica e altitude, indicam os documentos foram decisivas, uma vez que era um dos pontos de apoio da ação da repressão militar no Estado do Paraná. Os estudos sobre o período e a região assim como sobre a ação militariza no Estado reverberam essa leitura, conforme argumenta Calciolari:

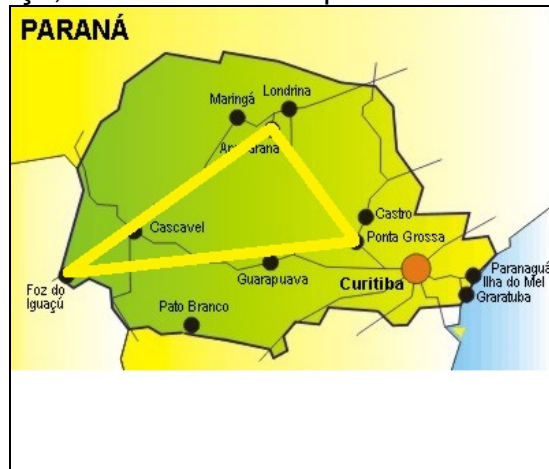
Já não era segredo que a violência generalizada no país deixara um rastro de sangue, matando militantes/cidadãos, desmantelando organizações políticas e lesionando irremediavelmente aqueles que ousaram discordar da doutrina oficial do Regime Militar. Em Curitiba, temos o prédio do antigo Dops, o Presídio Provisório do Ahu e as dependências do Exército na Praça Rui Barbosa; outras cidades como Apucarana, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu também serviram de instalação para que o Poder Público Estadual compactuasse com as mais bárbaras atrocidades.⁶⁹

As cidades destacadas, são as mesmas que Calciolari cita, estas representam os polos de repressão. Esta afirmação se pauta na triangulação que apresentamos no mapa da Figura 3, ao realizar uma demorada observação e constar que estas cidades formavam um triângulo cobrindo boa parte do Estado.

⁶⁸ “Conhecida como “Cidade Alta”, fica no espigão mais alto de uma região acidentada. Sua latitude é de 23°31'30"S, longitude é 51°24'20" O e a altitude da sede do município é de 988 metros. A área total é de 54.438 hectares ou 563 km²". APUCARANA EM DADOS, Prefeitura Municipal de Apucarana, 1994, pg.4.

⁶⁹ CALCIOLARI, Silvia. Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978). Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2004, p.69.

Figura 4 – Mapa do Paraná com destaque ao triângulo formado pelas cidades de Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Apucarana



Fonte: Polícia Militar do Paraná. Alterado pelo autor.⁷⁰

Esta triangulação ampliava, por terra, a ação das forças de controle sobre os espaços mais distantes do território paranaense, criando uma rede direta de comunicação entre elas.

Quando da instalação da 4ª Companhia de Fuzileiros de Apucarana em 1965, o primeiro comandante foi o capitão Luiz Carlos Fagundes Panza, este exerceu sua função até 1968, ao ser substituído pelo Major Alexandre Ritter von Jelita. Durante esse período os militares ocupavam as antigas instalações da Estação Ferroviária Central do Paraná. Porém, não permaneceram ali indefinidamente, não tardou e outra localidade lhes foi destinada. A mudança de local de funcionamento da 4ª Companhia de Fuzileiros teve início em 1968. O controle do poder militar sobre os espaços era total, visto que uma das negociações mais rápidas que se conhece na cidade a respeito de locais públicos envolve o novo espaço destinado à 4ª Companhia de Fuzileiros. As transações financeiras em torno das desapropriações e doações de particulares ao Estado brasileiro ocorrem em um tempo recorde⁷¹.

Três meses antes da homologação do Ato Institucional número 5 (AI-5), no dia 17 de setembro de 1968, dois lotes de terra localizados na saída do município de Apucarana em direção ao de Ponta Grossa, cuja dimensão totalizava 61.785,00 m²

⁷⁰ Foz do Iguaçu (Batalhão de Fronteira de Foz), Apucarana (30º Batalhão de Infantaria Motorizada) e Ponta Grossa (13º Regimento de Infantaria). Mapa extraído da página da Polícia Militar do Paraná. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=894>. Acesso em: 13/06/2015, às 07:15.

⁷¹ Anexos A, B e C – Documentos concedidos pela Prefeitura Municipal de Apucarana, onde se pode ver as certidões de compra/desapropriação dos terrenos pelo município (A e B) e a doação dessas terras ao governo federal (C), ali constando valores, dimensões e o descritivo dos procedimentos realizados para tal, servindo nos como fonte para tais análises.

(sessenta e um mil setecentos e oitenta e cinco metros quadrados), foram desapropriados em benefício do município. Os custos das desapropriações somaram NCr\$9.000,00 (nove mil cruzados novos)⁷².

Trinta e sete dias depois, no dia 24 de outubro de 1968, estava formalizada a doação das terras à União Federal para a construção do edifício que abrigaria o batalhão, como demonstrado nos documentos em anexo A, B e C em anexo.

Em 11 de janeiro de 1971, a 4ª Infantaria foi transferida para as instalações na BR-376, km353. Em 22 de dezembro do mesmo ano, através da portaria nº045, era transformado em batalhão. Esta nova condição rendeu-lhe novas atribuições às quais resultaram na aquisição de pesados armamentos que vieram a incorporar os equipamentos do referido batalhão como morteiros, canhões, metralhadoras, fuzis e dezenas de veículos⁷³.

O 30º Batalhão foi palco de torturas e violência, principalmente quando foi realizada a Operação Marumbi que visava investigar e prender os envolvidos com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Este partido tinha um grupo de militante na cidade de Apucarana, e sua investigação foi liderada pelo Capitão Ismar Moura Romariz, incluído na lista⁷⁴ de torturadores da ditadura. Os militares desenvolveram a prática de conduzir dezenas de pessoas para as instalações do município, de acordo com o que informam Heller⁷⁵ e Brunelo⁷⁶.

2.3 DOS PRESOS POLITICOS E SEUS TORTURADORES.

“[...] A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia revela que há locais de memória, porque não há mais meios de memória”⁷⁷

Falar sobre a ditadura no Brasil, mesmo após duas décadas da reabertura democrática ainda é algo delicado, muitos ainda sentem as sequelas físicas e psicológicas daqueles momentos de excessão política. A escrita sobre esse período

⁷² Idem.

⁷³ DOMINGUES, 1994, P.66.

⁷⁴ Lista do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/depoimentos-torturas-denuncias-ditadura/lista-oficial-de-torturadores-da-ditadura-militar/> acesso em 11/12/2015 às 02:22.

⁷⁵ HELLER, M. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁷⁶ BRUNELO, Leandro. Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias. Maringá, EDUEM, 2009, p. 19

⁷⁷ NORA, 1993, p.7.

remete àquilo que Fernand Braudel⁷⁸ definiu como *média duração*, considerando assim que já tivemos o tempo necessário para que algumas pessoas pudessem compreendê-lo e analisá-lo, entretanto, em muitos casos ainda instalado como presente, não sendo compreendida sua importância histórica.

O nosso recorte histórico, nesse momento da análise documental, centra-se no período que se inicia com o golpe de 64 e finda com o desenrolar da Operação Marumbi de 1975, é indiscutível o endurecimento do regime militar com a proclamação do AI-5 de 1968. A busca pelos contraventores e simpatizantes do comunismo, com o intuito de evitar o ressurgimento do Partido Comunista levou a elaboração da Operação Marumbi que foi dirigida pelo DOPS (Departamento de Ordem Social e Política) e o DOI (Destacamento de Operações Internas) - CODI (Centro de Operações de Defesa Interna). A operação levou à prisão de dezenas de pessoas, muitas delas foram levadas para Apucarana em uma espécie de triagem, e seguiam para Curitiba onde eram processadas pelos militares. Segundo Antônio Narciso Pires de Oliveira, “o destaque do MDB nas eleições de 1974, levou ao encrudescimento das práticas dos órgãos de investigação do governo”⁷⁹.

Em Curitiba, ironicamente, os presos eram levados a uma “clínica”, chamada Marumbi local onde a maior parte das torturas eram realizadas, além daquelas praticadas no Presídio Ahú⁸⁰ e nas delegacias. Sobre os relatos desses momentos, podemos perceber sentimentos de luta e coragem que minimizam o “vitimismo”⁸¹.

A memória salvaguarda as vivências daqueles momentos, é com base nela que podemos discutir sobre momentos que hoje parecem tão distantes. Discutir essas memórias é muito necessário já que elas trazem dois vieses importantes: aquilo que foi vivido e como essa vivência foi sendo reorganizada nos discursos e ações, ou seja, como se construiu o discurso sobre a memória local. Pautamo-nos,

⁷⁸ BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Debates; 131).

⁷⁹ OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná*. Curitiba, DHPaz, 2014, p.74.

⁸⁰ Ahú é um bairro da capital do Estado do Paraná, onde está localizado o presídio inaugurado em 1903, como Hospício Nossa Senhora da Luz, sendo transformado em sistema penitenciário em 1908. O local foi desativado em 2006. Informações do Departamento de Execução Penal / Sistema Penitenciário do Paraná. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>. Acesso em 11/01/2016, às 04:00.

⁸¹ Em nossas conversas com Narciso Pires, antes mesmo da entrevista formalizada, foi dito por nós sobre as “cicatrices” daqueles momentos, e fomos rebatidos ao dizer que não era uma cicatriz, mas “momentos de uma luta, que eles não foram vítimas por que escolheram lutar, o problema é a força desigual do Estado. Eu sou vítima do aparato do Estado, e não da minha luta”. Essas informações foram obtidas em conversas informais antes da entrevista conduzida metodologicamente.

no processo de pesquisa, em documentos escritos e imagens, mas a história oral trouxe uma contribuição significativa a medida que possibilitará uma compreensão acerca da história e da memória local e a respeito das percepções e das transmutações dessa memória ao longo do tempo, sobretudo nessa “transmutação” que compreendemos como reordenação de uma tradição local. Contudo, a respeito da memória local sobre o período da ditadura civil militar, entendemos que estamos fazendo uma releitura do período a partir das lembranças dos envolvidos, essas lembranças não estão contempladas na tradição local sobre a pujança e o desenvolvimento que marcou a região com já abordado no capítulo anterior. portanto, essas são lembranças que marcam o tempo de memória como aborda Ricoeur quando diz: “E é esse intervalo de tempo, entre a impressão original e seu retorno, que a recordação percorre”⁸². É esse tipo de lembrança que nos orientou ao realizarmos as entrevistas, a lembrança que percorre o intervalo entre o acontecido e o presente que o menciona. Não buscamos definir a verdade sobre as prisões e seus torturadores, quiçá ela exista, mas o consenso em torno da historicidade dos fatos nos apraz.

A função do historiador nestes momentos é fazer-se valer da necessidade de repensar o passado, os fatos estão dados, nada mudará os horrores vividos pelos perseguidos e torturados. Nesse sentido Ricoeur a exemplo de Hobsbawm & Ranger (1997), também tratam do passado compreendendo-o como em movimento, de modos distintos sim, mas em movimento. Por essa razão cabe realizar trabalhos como este, de tentar dar sentido à essa memória diante das disputas políticas que as permearam e ainda permeiam.

“Ainda que os feitos não sejam apagáveis e não se possa desfazer o que está feito, nem fazer com que o que sucedeu não suceda mais, o sentido do que passou, pelo contrário, não está fixado de uma vez por todas”⁸³

A partir dessa compreensão de Ricoeur entendemos que a compreensão desse passado e dos mortos oriundos dele é que se busca desenvolver uma observação interpretativa sobre os torturadores, mas doravante, os torturadores, encabeçados em Apucarana pelo Capitão Ismar de Moura Romariz. Nominado esse

⁸² RICOEUR, 2007: p.72.

⁸³ RICOEUR, 1999, p. 49. In: JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

capitão, uma vez que muitos de seus subordinados são indicados sendo orientados por ele durante as sessões de tortura.

O referido capitão foi citado em diversos depoimentos recolhidos junto ao arquivo BNM, e em alguns destes os registros sobre as atrocidades cometidas a seu mando ultrapassam o imaginário coletivo sobre as torturas, como é o caso de um aborto provocado em 1975,

Os sequestrados que passaram por Apucarana, como Osvaldo Alves, João Alberto Einecke, Genecy Guimarães e outros, sofreram horrores nas dependências do Exército, onde o capitão Ismar de Moura Romariz submeteu-os ao terror, usando métodos dos mais torpes, chegando a deter esposas de presos e familiares, provocando aborto na esposa de João Alberto Einecke, que sofreu traumas profundos em virtude desta ocorrência⁸⁴.

Quando mencionamos as atrocidades do período militar, no Paraná, ainda esbarramos em números que mascaram a intimidade desses fatos com pessoas reais. Por essa razão é indispensável investigar e aprofundar as memórias de homens e mulheres, por meio de seus relatos, os quais aponta o lado obscuro da ditadura, em contraposição ao que muitos que viveram no mesmo período não conseguiram dimensionar e ainda o caracterizam como um momento de sucesso, prestígio e paz. De acordo com Eloir Milano⁸⁵, antigo funcionário da Prefeitura Municipal de Apucarana e ex-verador durante os anos 50, “*não havia violência, a relação dos militares com a população era tranquila e pacata*”. Entretanto, valemos de discursos que vão no caminho contrário, expondo que não havia nada de *tranquilidade*. Tal qual o relato de Narciso Pires de Camargo,

Fui torturado nos dias 16 e 17 de outubro de 1975 pelo capitão Romariz. Perdi as unhas do pé, levei muita pancada no rosto e no corpo todo. Chutes no estômago. O pior é que a tortura não visava esclarecer nada, porque os companheiros presos anteriormente, que foram bem mais torturados que eu, não haviam resistido e já tinham confessado tudo. O único objetivo do capitão Romariz era demonstrar a um grupo de agentes do DOPS e da Polícia Federal como ele conseguia obter informações dos presos políticos. Como eu não dizia nada, ele perdeu a calma e depois de me espancar bastante disse que os outros já haviam confessado. Pegou os depoimentos e gritou: ‘Então você não esteve com fulano, no dia tal? Você não imprimiu o Voz Operária num ‘aparelho’ do PCB?’ Eu continuei negando tudo, e ele ficou cada vez mais irritado⁸⁶.

⁸⁴ HELLER, M. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.372.

⁸⁵ Entrevista concedida em 20 de setembro de 2015.

⁸⁶ HELLER, M. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.551.

Ao nos depararmos com tais relatos, compreendemos a discrepância dos discursos. Os símbolos e as construções em torno das representações sobre a ditadura, fizeram com que situações como esta caíssem no esquecimento social, por mais que estas jamais pudessem ser esquecidas pelos que as vivenciaram. Isso ocorreu em boa parte pela Lei da Anistia de 1979⁸⁷, que tornou impune os crimes cometidos, mas também pela publicidade e propagandas que sempre foram características do regime. Os bens simbólicos, sejam eles construídos em momentos de paz ou de conflitos, jamais podem ser considerados alheios ao desenvolvimento do imaginário social, e efetivamente, são encontrados em quantidades ilimitadas. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. *“A prova disso é que constituem o objeto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras”*⁸⁸.

Ao findar da Operação Marumbi, foi realizado um conjunto de julgamentos organizados pelo Conselho Permanente de Justiça Militar, ocorridos entre os dias 3 e 6 de outubro de 1977, estes tinham uma peculiaridade, qual seja, na ausência de documentos escritos os torturadores eram chamados como testemunhas de seus próprios crimes. No final sabia-se que estava *“de um lado o governo militar e de outro lado, com valores completamente divergentes, os militantes de esquerda os comunistas”*⁸⁹.

A farsa da legitimidade do governo ditatorial, pautava-se na artimanha de conceder o julgamento, mas o processo instituído fazia uso de mecanismos políticos que justificavam as ideias do regime cível-militar.

Um dos momentos em que Romariz foi citado por seus atos, chama a atenção pela frieza com que tratava até mesmo os conhecidos.

[...] E conversamos ali, tal, quando vi que saiu o capitão Romariz, que eu também o respeitava muito. Afinal de contas, esses dias atrás eu estive na sua iniciação na maçonaria (Godoy e Romariz são maçons. Godoy, da Loja Moreira Sampaio e Romariz da Loja Grande Oriente do Brasil). E ele chegou, cumprimentei ele, ofereci inclusive uma cocada. [...] O Kawuai aceitou comer cocada, e o Romariz não aceitou e falou que eu estava preso. [...] Eu dei risada, no duro mesmo. Dei risada e falei: isso é um blefe!

⁸⁷ A Lei de Anistia de 1979, nº 6.683, sancionado pelo presidente Figueiredo.

⁸⁸ BACZKO, Bronislaw. *“A imaginação social”* In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.299.

⁸⁹ BRUNELO, Leandro. *Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias*. Maringá, EDUEM, 2009, p. 83.

É uma gozação comigo. E bati nele: Quer uma cocada? [...] Me conduziu até o fusca azul claro, entrei, e ele falou assim: uma algeminha? [...] Me puseram um chapéu. [...] O Guedes ficou no carro me lapidando: é Godoy, você fala, colabora, né... ele vai te fazer umas perguntas e se você não responder é pior para você. Por que nós já sabemos de tudo⁹⁰.

O fragmento que se segue na figura 4, traz em letras garrafais como chamada de página a entrevista de Godoy concedida a *Revista Leia Mais Um* de São Paulo. Apresentadas na revista, sobre seu depoimento no ano de 1975.

Figura 5 – Recorte da Revista Leia Mais Um de dezembro de 1975



Ao levarmos em consideração nos relatos de José Godoy o destaque para o fato dele respeitar Romariz e considerá-lo um amigo, podemos concluir que os abusos de poder eram constantes, de forma geral e irrestrita. O que labutamos a entender neste momento é como apesar de tantos casos aqui citados, e tantos outros que tivemos acesso, ainda é possível que muitos considerem, tal qual o senhor Eloir Milano, que não havia violência?

Para tal questionamento, propomos pensar a construção do imaginário e a luta pelo *status social* do exército, e a manutenção de uma imagem de salva

⁹⁰ Revista Leia Mais Um. Ex. Editora Ltda. Nº 1, dezembro – Segunda quinzena, 1975, p.14-15.

⁹¹ Idem, p.14.

guardadores da paz e progresso, mesmo que isso significasse prender, torturar e matar.

Quando lemos sobre esses casos e seus relatos, percebemos a dinâmica constante entre as posições sobre um mesmo fato. Considerando que o distanciamento temporal também possibilita certas rupturas, que muitas vezes são preenchidas não mais de memórias, mas com idealismos e desejos. Para tal, podemos compreender ao menos dois níveis destas memórias. Um desses planos poderia ser sumariamente denominado o plano da “memória episódica”, ao passo que o outro, sob a mesma inspiração, denominar-se-ia plano da “memória semântica”.

O primeiro plano versa sobre uma forma de resgate memorialístico que urge pela recriação da experiência de realidade naquilo que ela possui de imparcial (sob a extensão e os limites em que isto se faz possível) e fidedigno à facticidade material dos acontecimentos (por exemplo, em que dia aconteceu algo, como estavam as pessoas, qual a ordem dos eventos, que consequências objetivas sucederam-se); o segundo plano inclui o resgate do sentido da experiência e, portanto, dos efeitos que esta atualiza no momento em que a pessoa é interpelada (por exemplo, como ela se sentiu ou se sente em relação a algo; qual era o “clima” em determinada situação).

O plano da “memória semântica” é mais afeito a variações interindividuais (dadas duas ou mais pessoas que tenham participado de um mesmo evento) do que o plano da “memória episódica”. Nesse mesmo sentido, trata-se de um plano em relação ao qual o conteúdo relatado pode modificar-se mais substancialmente em função da história de vida subsequente aos eventos e da atmosfera política em determinada atualidade. Por exemplo, o relato acerca de como alguém viveu o “clima” de determinado acontecimento histórico é, obviamente, muito dependente de como a sociedade, no momento em que este se faz interpelado, considera e respalda aqueles que tomaram parte em tal acontecimento – não sendo de se desconsiderar que o descaso oficial e a falta de suporte e compensação por determinada atuação política em prol de objetivos comuns dirima a importância atribuída aos mesmos⁹².

Compreendemos que as diversas vivências em torno das ações militares entre 1964 e 1985, dividem as opiniões e as representações em torno do período. A memória factual carrega em si muito dos fatos lembráveis, mas um constructo constante, que busca validar a própria existência e suas lutas.

A busca por sentidos históricos nos levou a questionar, comparar e averiguar esses fatos, antemão salientado o respeito por aqueles que nos possibilitaram o acesso aos fatos por meio de suas memórias. Na obra de Milton Ivan Heller, utiliza-

⁹² TELES, Janaina de Almeida. Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos dos presos políticos no Brasil. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, p.6.

se os termos “Meninos de Apucarana”, demonstrando a presença da juventude nas ações contra o regime. Hoje, já adultos, alguns militam pela liberdade e direitos humanos, outros seguiram suas vidas longe daqueles temas e outros nem sequer foram encontrados após serem dados como mortos pelo Estado.

Antonio Narciso Pires de Oliveira⁹³, fundador da Ong “Tortura Nunca Mais” do Paraná, é um dos responsáveis pela organização e publicação de relatos de ex-presos políticos. O “Projeto Depoimentos para a História” gerou um livro lançado em 2014, e mais 165 vídeo-depoimentos disponíveis no site da Sociedade DHPAZ (Direitos Humanos para a Paz)⁹⁴. Ele faz parte do grupo de jovens que lutou contra a ditadura no município de Apucarana, permanecendo preso por mais de dois anos, devido a Operação Marumbi. Conforme corroboram os argumentos de Calciolari este foi um dos períodos de maior violência nas ações militares no Estado do Paraná:

De 1975 a 1978 a repressão política no Paraná tomou contornos extremamente inusitados e violentos. Enquanto no restante do país a violência aos poucos ia cedendo no compasso da abertura “lenta, gradual e segura” do Governo Geisel, em nosso Estado tudo indicava que ela pretendia reeditar regionalmente os anos de chumbo do General Médici. Foi em 1975 a chamada “Operação Marumbi”, o maior, o mais rumoroso e uma das mais violentas ações repressivas no Paraná⁹⁵.

Antes de versar a respeito da trajetória de Narciso Pires, vamos destacar os nomes dos políticos arrolados durante a Operação Marumbi do Estado do Paraná em 1975, em lista organizada pelo grupo BNM e aqui transcrita como foi utilizada por BRUNELO (2009).

Tabela 2 – Relação das pessoas presas pela Operação Marumbi e seus respectivos locais de moradia.

Indiciados	Local de residência
Abelardo de Araújo Moreira	Arapongas
Aldo Fernandes	Curitiba
Antoniél de Souza e Silva	Londrina
Antônio Brito Lopes	Curitiba
Antônio Cardoso de Melo	Curitiba
Antônio de Lima Sobrinho	Londrina
Antônio Elias Cecílio	Maringá
Antônio Narciso Pires de Oliveira	Apucarana
Arnaldo Assunção	Curitiba

⁹³ Doravante chamado de Narciso Pires.

⁹⁴ Todos os vídeos podem ser acessados no canal do DHPAZ no Youtube e no site www.dhpaz.org.

⁹⁵ Parecer ao P 196, p. 23. Pareceres das Comissões permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Constituição e Justiça e Finanças. In: CALCIOLARI, Silvia. Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978). Dissertação de Mestrado. UFPR, Curitiba, 2004.

Arnaldo Ramos Leonil	Apucarana
Arno André Giesen	Rolândia
Berek Krieger	Curitiba
Carlos Guimarães	Londrina
Celestino Jacinto Gomes	Cianorte
Ceslau Raul Kaniewski	Apucarana
Danilo Schwab Mattozo	Curitiba
Diogo Afonso Gimenez	Curitiba
Esmeraldo Blasi Júnior	Curitiba
Eujácio de Almeida	Paranaguá
Fernando Pereira Christino	Rio de Janeiro – capital
Flávio Ribeiro	Londrina
Francisco Luiz de França	Curitiba
Genecy Souza Guimarães	Londrina
Gregório Parandiuç	Maringá
Haluê Yamaguti de Melo	Curitiba
Honório Delgado Rúbio	Curitiba
Humberto Soares de Oliveira	Curitiba
Ildeu Manso Vieira	Curitiba
Jacob Schmidt	Curitiba
João Alberto Einecke	Londrina
João Teixeira	Paranaguá
Jodat Nicolas Kury	Curitiba
Jorge Karam	Curitiba
José Caetano de Souza	Apucarana
Júlio Costa Bonfim	Londrina
Júlio de Oliveira Feijó	Curitiba
Laércio Figueiredo Souto Maior	Maringá
Lenini Pereira dos Passos	Guarapuava
Leonor Urias de Mello Souza	Maringá
Luiz Gonzaga Ferreira	Londrina
Manoel de Almeida Pina	Cianorte
Manoel Urquiza	Curitiba
Mário Gonçalves Siqueira	Paranaguá
Moacyr Reis Ferraz	Curitiba
Nelson Pedro Zambom	Guarapuava
Newton Cândido	São Paulo – capital
Nicanor Gonçalves da Silva	Londrina
Nilton Abel de Lima	Paranaguá
Noel Nascimento	Curitiba
Osires Boscardim Pinto	Apucarana
Oswaldo Alves	Mandaguari
Paulo Eugênio Sudório	Paranaguá
Paulo Simião Costa	Paranaguá
Pedro Agostineti Preto	Apucarana
Renato Ribeiro Cardoso	Curitiba
Salim Haddad	Maringá
Severino Alves Barbosa	Londrina
Severino Francisco Ribeiro	Ponta Grossa
Synval Martins Araújo	Curitiba
Teodolino Alves de Oliveira	Londrina
Tranqüilo Saragiotto	Paranavaí
Ubirajara Moreira	Curitiba
Veríssimo Teixeira da Costa	Curitiba
Vladimir Salomão do Amarante	Guarapuava
Zízimo de Carvalho	Curitiba

Fonte: AEL: Projeto BNM. Processo no 551, p. 836-865⁹⁶.

⁹⁶ Tabela organizada por Leandro Brunelo in: BRUNELO, Leandro. Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias. Maringá, EDUEM, 2009, p. 69.

Conforme expressa a lista, vários foram os presos políticos no Estado do Paraná, entre eles destacamos em amarelo aqueles quando da prisão residiam em Apucarana.

Narciso Pires iniciou sua vida política como presidente do Centro Estudantil do Colégio Nilo Cairo, ao lado de Antônio Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianesi, motivados pelo fim da cobrança de matrículas.⁹⁷ Os outros dois jovens citados não constam na lista, uma vez que já estavam mortos quando das prisões durante a Operação Marumbi, conforme relato de Pires:

Iniciei minha participação na política estudantil com Antônio Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianesi, mortos pela repressão em São Paulo, em 1970. Em 67 fui eleito presidente da Centro Estudantil Nilo Cairo e a partir de 68 nos engajamos na luta contra a cobrança da taxa de matrícula, que era um prenúncio do ensino pago nas escolas públicas. Além do Três Reis e do Brianesi, outros companheiros entravam na luta contra o regime militar, como Francisco Dias Vermelho, morto em um acidente de carro, Geraldo Magela, Valdir Feltrim, que foi para a França e lá permanece até hoje, Manoel César Motta, Valdecir Feltrim e outros⁹⁸.

Na obra “Depoimentos para a História – A Resistência à Ditadura Militar no Paraná”, Narciso Pires na qualidade de organizador da obra, utiliza a expressão “*Para que não se esqueça, para que não se repita*” demonstrando o objetivo do projeto. Ele descreve em seu prefácio os horrores causados pelo Estado contra a “subversão” daqueles que questionavam as ações governamentais. Após o período das perseguições ele continuou lutando pela justiça, buscando destacar a obscuridade dos processos legais daqueles momentos.

Com a Lei Suplicy de 1964⁹⁹, a representação dos estudantes estava tutelada pelo Estado, limitando assim sua autonomia. O desenrolar dessas contenções governamentais foram gradativamente se acirrando, tornando a investigação e perseguição dos estudantes cada vez mais constante. Narciso Pires durante nossa entrevista comentou que o movimento estudantil de Apucarana estava diretamente ligado ao que ocorreu em Curitiba, contra a cobrança pelo ensino universitário. A cobrança pela UFPR (Universidade Federal do Paraná), inicialmente para o período noturno. Organizadas as reuniões, liderados pelos veteranos, que não estavam

⁹⁷ HELLER, M. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.549.

⁹⁸ Idem, p.549-550.

⁹⁹ Devido ao nome do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, que a patrocinou. Lei Nº4.464 de 9 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf>. Acesso em 28/01/2016 às 23:05.

inclusos nas cobranças já que estas eram apenas para calouros, distribuíram panfletos e convocaram alunos da própria universidade e de escolas de ensino médio para a luta contra a anuidade.

Os estudantes haviam descoberto uma brecha no próprio regulamento de matrícula, que possibilitava ao estudante carente requerer isenção do pagamento. Quando chegou o dia das matrículas, os veteranos estavam presentes na porta de cada sala onde as matrículas seriam feitas, com o requerimento de isenção em mãos e impresso. O documento foi entregue a todos os calouros, sendo que 93% deles abriram o protocolo para isenção de taxa, o que inviabilizava a implantação naquele ano do ensino pago. “Mas isso foi apenas a primeira etapa do vestibular”, conta Stênio¹⁰⁰.

As lutas contra a cobrança nas escolas públicas estavam inseridas em um momento de efervescência revolucionária, o ano de 1968 em todo o mundo ficou conhecido como uma nova “Primavera dos povos”¹⁰¹, assim como destacado por Edgar Morin. A imagem da figura 6 é de José Ferreira Lopes, mais conhecido como Dr. Zequinha. Aprovado em medicina em 1965 na UFPR / Curitiba, mas foi em 1966 que se aproximou da AP (Ação Popular) e concorrendo a vice-presidência da UPE (União Paranaense dos Estudantes). Organizou congressos, diretórios acadêmicos e grêmios estudantis, foi preso¹⁰² a primeira vez em 1967¹⁰³.

A emblemática foto do estudante com um estilingue na mão contra o cassete e o cavalo, rendeu o prêmio *Esso*¹⁰⁴ ao fotógrafo Edson Jansen¹⁰⁵ em 1968.

¹⁰⁰ ZANDONAI, Beta. Reitoria: 40 anos depois. *Jornal Comunicação online. Especial – maio 1968*. Maio, 2008. Disponível em: <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/3709>, acesso em 25/01/2016 às 20:33.

¹⁰¹ "A revolta estudantil nos anos 1967-68 foi surpreendente por ser internacional, atingindo países muito diferentes quanto ao nível de vida ou quanto ao sistema social ou político. Essa revolta começa nos Estados Unidos, em Berkeley, sacode em seguida os países ocidentais, depois os países comunistas, como a Polônia, e chega até o Oriente Médio e a América Latina." MORIN, Edgar. O jogo em que tudo mudou. In: Sérgio Cohn e Heyk Pimenta (orgs.). Maio de 1968. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008, p. 28.

¹⁰² Por pichação com as palavras de ordem “Abaixo a ditadura”.

¹⁰³ OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Curitiba, DHPaz, 2014, p. 244.

¹⁰⁴ Agência de Notícias do Paraná.

Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=70532>. Acesso em 27/01/2016 às 22:12.

¹⁰⁵ Jansen faleceu em 26 de agosto de 2012.

Figura 6 – Dr. Zequinha contra a cavalaria



Fonte: Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban.¹⁰⁶

Muitos estudantes foram presos naquele dia, as armas que portavam eram os estilingues com pedras e bolas de gude. Do outro lado, soldados em cavalos com armamentos, escudos e cacetetes. A “ameaça” dos estudantes foi duramente reprimida, e enquadrou inúmeros estudantes como inimigos do Estado, perseguidos, investigados e presos. O que se seguiu foi a derrubada do busto de Flávio Suplicy de Lacerda¹⁰⁷, reitor da UFPR no período, no dia 14 de maio de 1968, demonstrando simbolicamente a mensagem dos estudantes. Essa agitação dos estudantes

¹⁰⁶ “Uma imagem que marcou a militância do Dr. Zequinha foi à foto dele enfrentando a PM com um estilingue na invasão do Centro Politécnico em 1968, imagem essa que deu ao fotógrafo Edson Jansen o prêmio Esso de jornalismo”. Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban. Coordenado por Pedro Rodolfo Bodê de Moraes. Disponível em:

<http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/RelatorioCEVTEResaUrban2014.pdf> Acesso em 27/01/2016 às 22:24.

¹⁰⁷ Durante nossa qualificação surgiu a dúvida quanto à existência de um busto a um homenageado ainda vivo. O busto de Flávio Suplicy Lacerda foi inaugurado junto ao prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1958, pelos seus feitos quando de sua ação como reitor ainda nos anos 1950. Colhemos essa informação diante de uma nota da UFPR, de 02 de abril de 2014, ou seja, um dia depois que se completou 50 anos do início da golpe civil-militar, data na qual o busto foi novamente arrancado de seu lugar de instalação como forma de protesto. Em nota, o reitor Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho reitera: “*Tomaremos providências imediatas no sentido de contarmos com a atuação da Comissão da Verdade da UFPR para que recuperemos este importante artefato e possamos recoloca-lo no lugar que lhe foi destinado pela nossa comunidade há mais de 56 anos. Que as futuras gerações possam visitar cada um de nossos campi livremente, conhecer nossa trajetória histórica com todas as lutas e contradições, avaliando a biografia de todos os homens e mulheres que ajudaram a escrever esta saga maravilhosa, dentro do seu contexto temporal, julgando com seu próprio pensamento a contribuição de cada um, colocando no devido lugar a todos nós. E preservando nossa memória, verdade e justiça!*” Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalfupr/blog/noticias/nota-oficial-sobre-busto-do-reitor-flavio-suplicy-de-lacerda/> Acesso em: 27/07/2016, às 13:07.

representava toda uma classe excluída, marginalizada e que reivindicava seus direitos, sejam quais fossem os métodos necessários.

Essa luta que ocorria no Estado, movimentava os imaginários dos jovens de todas as regiões, em Apucarana o grupo de jovens se dividiu em duas frentes, uma optou pela luta armada, sendo Brianesi e Três Reis os seus maiores representantes, pois se uniram a Marighella na ALN (Aliança Libertadora Nacional), e os demais optaram pela luta ideológica espalhando notícias do PCB, publicando jornais e realizando pichações constestadoras. Na data de umas das prisões de Brianesi¹⁰⁸, a lista¹⁰⁹ de seus companheiros estava repleta de nomes conhecidos dos movimentos, entre eles: Carlos Alberto Cristo¹¹⁰ (Frei Betto), Frei Tito¹¹¹ de Alencar, Carlos Marighella¹¹², Padre Alípio de Freitas¹¹³, entre outros.

O anexo D¹¹⁴ mostra a lista de presos com destaque a Idésio Brianesi, acompanhado dos demais revolucionários destacados anteriormente nesse texto. Com base no documento, podemos constatar a participação do jovem Brianesi em ações do ALN distantes do município de Apucarana, fato que levou a seu desaparecimento por semanas, até mesmo a ter sido dado como morto, ainda que sem a apresentação do corpo pelos militares. José Idésio Brianesi foi morto¹¹⁵ em 14

¹⁰⁸ Nos arquivos do BNM não consta a data deste documento, mas calcula-se ser em 1969, tendo em vista a comparação com as datas de prisões dos demais arrolados e levando em consideração a morte de Brianesi em 1970.

¹⁰⁹ Anexo D – Lista de Presos Políticos durante a Operação Bandeirantes (SP).

¹¹⁰ Frei Betto é autor de mais de 60 livros, dominicano, lutou contra a ditadura militar e foi preso duas vezes, em 1964 por 15 dias e em 1969 ficando preso até 1974. Entre suas principais obras está “Batismo de Sangue”, obra aclamada pela mídia, tornando filme em 2007, com direção de Helvécio Ratton. Disponível em: <http://www.freibetto.org/index.php>. Acesso em 18/01/2016 às 22:55.

¹¹¹ Frei Tito era dominicano, preso pela primeira vez em 1968, quando cursava filosofia na Universidade Estadual de São Paulo, durante um congresso da UNE. Já havia feito a profissão de votos em 1966, lutava contra a ditadura junto a outros religiosos. Foi preso em 04 de novembro de 1969, acusado de aliança com ALN e Carlos Marighella. Morreu com 28 anos em 1974, exilado na França, em um suposto suicídio. Disponível em: <http://www.adital.com.br/freitito/por/pedras.html>. Acesso em: 18/01/2016 às 23:07.

¹¹² “Carlos Marighella foi comunista e pertencia ao PCB, lutou desde o período varguista, acompanhou a Revolução Chinesa entre os anos 1953 e 1954, apoiada pela União Soviética. Marighella manteve-se fiel à linha de inspiração soviética, enquanto o PC do B impregnava-se de forte conotação maoísta. Como uma das pessoas mais procuradas pelo aparelho policial-militar instalado no país após março de 1964, vivia ele na clandestinidade, atuando no eixo Rio-São Paulo”. Depoimentos de Frei Betto no livro: BETTO, Frei. Batismo de Sangue – A luta clandestina contra a ditadura militar. Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1982, p.232.

¹¹³ Entre 1964 e 1981, o padre Alípio de Freitas foi encarcerado, torturado e transferido 16 vezes de prisão em prisão pelo Brasil. Perdeu a nacionalidade portuguesa, a brasileira e o direito de lecionar. Segundo o autor do artigo referenciado a seguir, o padre é muitas vezes ligado às origens do Comando Vermelho e PCC (Primeiro Comando da Capital), organizações criminosas surgidas dentro dos presídios de São Paulo e Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.unicap.br/webjornalismo/estilhocosdaverdade/site/?p=24>. Acesso em 19/01/2016.

¹¹⁴ Acervo BNM (Brasil Nunca Mais) BIB – 03. BNM_252. Pg.67 de 1019.

¹¹⁵ Anexos E e F.

de abril de 1970, um ano após sua inserção na luta armada com a ALN de Marighella.

“Mariano” como era chamado Brianesi dentro do movimento revolucionário foi citado em inúmeros depoimentos¹¹⁶, como na auditoria de Luiz Carlos Rocha Gaspar, atribuindo a função de organizar levantamento sobre estabelecimentos de crédito. A citação no interrogatório de Reinaldo Morano Filho, cita “Mariano” como líder de um dos GTA (Grupo Tático Armado) da ALN (Aliança Libertadora Nacional), sendo ele o responsável por “entregar armas” para novos integrantes. Neste documento também é citado Antônio dos Três Reis de Oliveira, cujo codinome revolucionário “Argeu”, revelava-o.

Antônio dos Três Reis de Oliveira nasceu na cidade mineira de Tiros na terça-feira, dia 19 de novembro de 1946. Filho de Ageu de Oliveira e Glauca Maria Abadia de Oliveira. Antônio, na adolescência, fez o ginásio no Colégio Nilo Cairo, pois neste período já morava na cidade de Apucarana, interior do Paraná. Em seguida entrou na Faculdade de Apucarana para realizar o curso de Ciências Econômicas. Ativo militante estudantil e político era membro da União Paranaense dos Estudantes e quando fazia a faculdade participou do quadro de membros da ALN (Ação Libertadora Nacional). Envolvido no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, marcado para a cidade de Ibiúna em outubro de 1968, foi investigado e indiciado pelo DOPS.

Segundo documentos datados de 1976 em denúncias de presos políticos, consta que Antônio Oliveira foi preso no dia 10 de maio de 1970 por agentes do OBAN (Operação Bandeirantes) e morto (metralhado) neste mesmo dia. Relatórios oficiais da época indicam que o estudante foi morto em decorrência de “averiguações de aparelhos” pela polícia, no dia 17 de maio, e seu corpo foi enterrado no cemitério de Formosa no dia 21 de maio de 1970 na condição de indigente. A família só tomou conhecimento de sua morte em 1973 quando a sua irmã, a jornalista Maria do Socorro que trabalhando no jornal Diário do Paraná, teve conhecimento de uma lista de mortos elaborada com denúncias da igreja católica e distribuída pela United Press. Em 1991 familiares de Antônio tentaram recuperar seus restos mortais quando o então governador do Paraná abriu os arquivos do DOPS/PR e as informações sobre o local da sepultura foram abertas ao público. Com o auxílio do

¹¹⁶ Depoimentos disponíveis nos arquivos do Acervo BNM – BIB – 03. BNM_252. Pg.72; 85; de 1019.

governador Requião e da então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, procuraram o local exato onde o estudante fora enterrado, porém, estas buscas foram em vão, pois, a quadra onde deveria estar enterrados Antônio e pelo menos dois presos políticos da época, sofreram alterações de sepulturas, sendo exumados em 1976 e transferidos para novas sepulturas, no mesmo cemitério, sem a devida identificação.

Em 1995 a Lei Federal nº 9149/95 reconheceu como mortos pessoas desaparecidas em decorrência de atividades políticas entre o período de setembro de 1961 a agosto de 1979. Em respeito à memória do estudante, a cidade de São Paulo denominou uma de suas vias com o nome de Rua Antônio dos Três Reis Oliveira e em Apucarana, cidade em que Antônio Oliveira morou e estudou, a Lei Estadual nº15882/2009 concedeu o nome de um colégio local, inaugurado em janeiro de 2010, como sendo Colégio Estadual Antônio dos Três Reis Oliveira na forma de homenagear não só o ex-estudante de Ciências Econômicas como todas as pessoas que foram oprimidas durante a ditadura militar.

Em cada discurso sobre este passado é ele repensado e ressignificado, já que carrega em si as marcas daqueles momentos, e também um tempo em que se pode analisá-lo e colocá-lo em ordem. As emoções, frustrações e todos sentimentos que ligam o tempo decorrido ao presente, possibilitam novas significações para os que narram. Essas décadas que separam o período de ditadura do presente geram as recordações – que para este trabalho e tantos outros que se preocupam com as memórias, são indispensáveis – a fim de instrumentalizar aqueles que não as viveram. “É esse intervalo de tempo, entre a impressão original e seu retorno, que a recordação percorre”¹¹⁷

Dessa forma, o município de Apucarana, conseguiu concretizar o discurso de progresso e prosperidade iniciado no período de reocupação, também suplantou qualquer possibilidade de expressão de uma memória de luta que pudesse ser rememorada com orgulho por seus moradores durante as décadas seguintes. Mas este silenciamento foi característico do período em todo o país¹¹⁸. Esse período buscará no silenciamento produzido a memória “calada” e a fará falar. Buscará trazer seus mortos à vida por meio da lembrança e da reordenação da tradição

¹¹⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et. Al. Campinas: Ed. Unicamp, 2007, p. 35.

¹¹⁸ Este período foi retomado só muito recentemente quando grupos têm proposto repensar o período, tal qual as Comissões da Verdade que se espalharam pelo país a partir de 2013.

existente de pujança local. À essa história será acrescida a memória dos meninos de Apucarana, como tentaremos expor no capítulo final.

CAPÍTULO 3

A ESCOLA E O MONUMENTO

3.1 APUCARANA E OS *LUGARES DA MEMÓRIA*

“*A lembrança é alternadamente encontrada e buscada*”¹¹⁹, já memória é a conjugação da evocação simples e do esforço de recordação, da estimulação externa e da leitura interna de imagens, que busca semelhanças e realiza associações¹²⁰. A construção de elementos que possam servir de orientadores para as gerações do presente e futuras, é de suma importância para que se possa compreender a necessidade de discutir a ditadura. Este período não dispõe de um grande número de leituras e interpretações às quais possamos recorrer, para entendê-lo melhor, porém, nos últimos anos a emergência de alguns teóricos têm trazido o tema a tona, principalmente a partir de 2014, ano em que se completou 50 anos do Golpe Civil-Militar. Os trabalhos sobre Apucarana visando esse tema apresentam maior restrição ainda, mas compreendemos que um dos contribuidores para o silenciamento dos historiadores a respeito está na existência da Lei da Anistia de 1979, a qual colocou “uma pedra” sobre esse passado sombrio da nossa história.

Promulgada em 28 de agosto de 1979, em vez de dar solução à pauta¹²¹, a Lei da Anistia exigiu novos embates. Para os movimentos organizados em torno dessa bandeira, tal como a lei foi elaborada e promulgada, ‘a anistia política representou, na verdade, uma autoanistia para os envolvidos nas ações repressivas após o golpe de 1964’ (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 1996, p. 28). Por um lado, trouxe ‘de volta os presos políticos, exilados e clandestinos para o convívio social e político’, mas, por outro, ‘muitos mortos e desaparecidos não voltaram sequer na forma de um atestado de óbito’ (COMISSÃO DE FAMILIARES..., 1996, p. 28). Tratou-se, nesse sentido, de uma ‘anistia onde foi incluída a humilhante proposição de se dar um atestado de paradeiro ignorado ou de morte presumida, aos desaparecidos, pretendendo assim eximir a ditadura de suas responsabilidades, e impedir a elucidação das reais circunstâncias dos crimes cometidos’ (COMISSÃO DE FAMILIARES..., 1996, p.28)¹²².

¹¹⁹ TELES, Janaina de Almeida. Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos dos presos políticos no Brasil. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, p.4.

¹²⁰ Idem, 38.

¹²¹ Referente as liberdades, o retorno dos exilados e o fim das perseguições.

¹²² DIAS, Reginaldo Benedito. Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. In: Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v.8, n.1, p.155-181, janeiro-junho, 2012, p.157.

A promulgação dessa lei em certos aspectos tinha como objetivo colocar um ponto final nas discussões em torno dos crimes cometidos, quiçá de ambos os lados. Encontramo-nos em um momento de conflito entre as novas e as velhas leituras desse passado. De um lado ainda vemos as negações e obscurantismo, entretanto, afloram-se discursos de alguns setores públicos e privados na busca de uma elucidação e denúncia de crimes ainda sem solução. O exercício da memória sobre a ditadura, pode nos auxiliar na compreensão a respeito do período e das narrativas sobre as violências ocorridas, e que ainda permanecem obscurecidas pelos desaparecimentos e mortes não solucionadas. Como aborda Dias, o estabelecimento como “*desaparecido*” daqueles que são procurados pelos familiares, é o mesmo que estabelecer um ponto final em uma história inacabada, o procurado foi deixando sem respostas, as perguntas que foram feitas pelos familiares e amigos e que são repetidas há mais de duas décadas como, “*onde, como e por quê?*” ficam sem respostas.

Ainda em concomitância com Dias (2012), nos foi possível fazer uso de uma breve análise dos discursos e propostas sobre a Comissão da Verdade e buscar suporte em seus argumentos para argumentar acerca da necessidade de se estabelecer a instauração de locais de memória a respeito dos perseguidos pela ditadura. A fundadora do Grupo “Tortura nunca mais”, no Rio de Janeiro, professora Cecília Coimbra, em recente entrevista, salientou algumas das conquistas obtidas na disputa da memória acerca do período da ditadura¹²³:

Fizemos inúmeras campanhas no sentido de impedir que homenagens fossem feitas a ex-torturadores. Conseguimos que ruas, creches e escolas aqui no Rio de Janeiro recebessem nomes dos opositores mortos e desaparecidos durante a ditadura. Isso é algo inédito a nível mundial e criou jurisprudência¹²⁴.

De acordo com a autora as propostas vão além de homenagear os desaparecidos, haja vista, seu segundo intento ali exposto que é impedir qualquer tipo de homenagem aos torturadores e agentes do Estado, responsáveis pela perseguição, tortura e morte. Esta entrevista foi concedida por Coimbra maio de

¹²³ COIMBRA, Cecilia. A LUTA continua. *Tortura nunca mais*. – Órgão informativo do grupo Tortura Nunca Mais. Rio de Janeiro, n.2, 1986. In: DIAS, Reginaldo Benedito. Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. In: Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v.8, n.1, p.155-181, janeiro-junho, 2012, p.122.

¹²⁴ A NOSSA história oficial. Tortura Nunca Mais – órgão informativo do grupo Tortura Nunca mais. Rio de Janeiro, n. 2, maio 1986, p.1.

1986, esta destacou algumas das conquistas do Grupo Tortura Nunca Mais, demonstrando a velocidade incrível com que o trabalho fora desenvolvido, estabelecendo naquele ano alguns marcos físicos para a memória dos torturados.

As cerimônias de homenagens, mais do que momentos de inauguração, no caso dos monumentos, são também, momentos de reflexão e um espaço para que as vozes dos familiares e amigos sejam ouvidas. “Nas solenidades, discursaram representantes das famílias, do Grupo “Tortura nunca mais”, autoridades e a OAB. O sentido das ações foi verbalizado nos seguintes termos”¹²⁵:

Na homenagem, partes da História daqueles tempos foram contadas. Aqueles que assistiram tiveram oportunidade de ouvir coisas muito diferentes da História Oficial. Falar desses companheiros é REESCREVER A HISTÓRIA DO PAÍS” (destacado em “caixa alta” no original). A luta do Grupo resgata a história desses companheiros, reivindica esclarecimentos e responsabilização e exige Justiça. Certamente há de interferir na história de amanhã, que desejamos diferente da de ontem. Uma história em que liberdade e igualdade não sejam meras palavras. Companheiros, chegou o tempo em que podemos chamar de heróis nossos filhos, irmãos, esposos, companheiros que morreram ou desapareceram sem nome, sem endereço e sob a pecha de bandidos. Muitos foram enterrados em covas rasas. De muitos, os familiares não puderam olhar, pela última vez, o rosto, pois seus caixões estavam lacrados. Chegou o tempo da homenagem e do reconhecimento. Da alegria, um pouco triste, de dizer: este é seu nome, esta é sua história, estas foram as convicções porque foi morto. O nome da rua, da praça, é símbolo do passo à frente que foi dado pelo movimento. A homenagem é reconhecimento da legitimidade das lutas que travamos. Muito terá, ainda, que ser feito. A homenagem, apenas, não basta. Queremos o esclarecimento dos crimes acobertados pelo governo. Queremos o desmantelamento do aparelho repressivo. Queremos justiça¹²⁶.

Em caixa alta na citação, podemos perceber a frase “REESCREVER A HISTÓRIA”, e consideramos aqui a importância e o peso dessas palavras. O seu sentido é de uma história previamente construída pelos que detinham o poder e em que muito foi desconsiderado. A produção histórica sobre o período, a partir do século XXI, procura por em questão a razão pela qual não foi explicado à sociedade, sobretudo aos familiares e amigos das vítimas de homens e mulheres que lutaram naquele momento, sobre “onde, como e por quê”, eles desapareceram. E a memória social envolvida pelas inúmeras referências, midiáticas ou dos discursos, acaba por torná-los parte de uma história que se faz parecer distante do nosso presente, ou até inexistente na dimensão que ocorreu.

¹²⁵ DIAS, 2012, p.166.

¹²⁶ A LUTA continua. Tortura Nunca Mais – órgão informativo do grupo Tortura Nunca mais. Rio de Janeiro, n. 2, maio 1986, p.2.

Essa luta pela memória e o direito de justiça vai além das identificações dos crimes, ela busca o reparo, que ocorre através de ações que buscam dar o reconhecimento às lutas pela democracia referente àqueles desaparecidos, mortos e torturados. Em 14 de maio de 2010 – após conferência sobre o PNDH-3¹²⁷ (Plano Nacional dos Direitos Humanos: Terceira edição) lançado pelo presidente da República Luis Inácio Lula da Silva em 2009, dirigido pelo ministro Paulo Vannuchi, – Apucarana inaugurou a construção e símbolos que homenagearam¹²⁸ os estudantes José Idésio Brianesi e Antônio de Três Reis de Oliveira. Essa homenagem veio atender uma demanda local sobre a memória silenciada. Até aquele momento, ou seja, a primeira década do século XXI, não havia espaço público ou privado que pudesse vir a expor uma homenagem a qualquer preso político do período da ditadura no município de Apucarana. Contudo, o processo de democratização levou às transformações sociais e políticas e permitiram que tais espaços viessem a ser disponibilizados, por meio das conquistas que esse processo ofereceu, os tempos agora são outros.

A PNDH – 3 é uma continuidade das ações realizadas desde 1995, que por meio do Decreto nº9.140, reconhecia como mortos os desaparecidos. Todos aqueles que em razão da participação¹²⁹ em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979,¹³⁰ não tiveram seus paradeiros localizados. Foi por intermédio destas políticas públicas, assim como menciona o próprio decreto de 2009, que o *reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado* veio como um dos meios a viabilizar à informação à sociedade e à sua transformação/reconhecimento e para muitos conhecimento sobre esse passado recente. Por meio desse decreto foi criada a Comissão Nacional da Verdade, que por sua vez proporcionou a criação de outras comissões da verdade (estaduais, municipais, de universidades, dentre outras), que

¹²⁷ Em 21 de dezembro de 2009, através do Decreto Federal número 7.037, foi aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – 3, que estabelece “como função do Estado a manutenção da memória sobre os mortos desaparecidos em razão da participação, ou acusação de participação, em atividades políticas”.

¹²⁸ OLIVEIRA, Baltazar Eustáquio de. Depoimentos para a história. Grupo Tribuna. Apucarana, 2010, p.01.

¹²⁹ Ou acusação da participação.

¹³⁰ Ano da publicação da Lei nº6.683 em 28 de agosto de 1979, esta que ficou conhecida como Lei da Anistia. “Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”.

atuaram em todo o país em reuniões públicas para debater sobre os desaparecidos da ditadura.

A aplicação da PNDH – 3 em Apucarana, através dos depoimentos colhidos em assembleia e a organização das memórias, possibilitou elencar os nomes daqueles que a história oficial do município havia silenciado. Muitos que foram presos, torturados e exilados estavam entre os presentes no momento das investigações que ocorreram em 2012, deram suas contribuições, inclusive sobre os mortos e desaparecidos, representados na cerimônia por seus familiares e amigos.

Mortos em 1970, Antônio Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianezi, com 21 e 24 anos respectivamente, tinham engajamento na luta armada contra a ditadura militar ainda à época escolar. Ambas as mortes ocorreram em São Paulo, durante a Operação Bandeirantes, ficando desaparecidos desde então. A luta a partir deste momento foi travada por seus parentes mais próximos, pai, mãe e irmãos, que buscaram o direito de enterrar esses jovens, e saber da situação de seus óbitos.

Muitas informações a respeito dos mortos e desaparecidos desse período esvaeceu-se, inclusive os registros, quando houve, sobre as infundáveis idas e vindas de seus familiares aos órgãos de repressão. Às famílias coube a denúncia de morte ou desaparecimento e a busca pelos corpos dos seus mortos e desaparecidos. À memória histórica coube a guarda das informações até que se pudesse fazer jus a esses cidadãos, porém, muitas informações simplesmente “desapareceram”. Para quem pesquisa sobre o período é necessário um debruçar-se sobre a documentação que se tem acesso e buscar na memória oral dos familiares e amigos, aqueles que se dispõem a falar, e tentar uma narrativa explicativa e histórica sobre o processo que marcou cada indivíduo engolido pela ditadura. Essa investigação torna-se muito mais complexa quando a pesquisa trata de envolvidos em perseguição e morte ou desaparecimento sem corpo, como inicialmente foi o caso de Antônio Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianezi¹³¹.

¹³¹ “Nas últimas três décadas, a hipótese da destruição total, legal e rotineira dos acervos foi seguidamente desmentida até mesmo por documentos oficiais das Forças Armadas. O episódio mais recente são os relatórios produzidos pela marinha, a pedido da CNV, em 2013. Anunciados pelo comandante da força naval como mero produção de balanço feito pela Marinha em 1993, os relatórios continham divergências em relação ao primeiro dossiê. Uma evidência de que os acervos eram atualizados. (...) Hoje, não resta mais dúvidas de que, apesar de muitos documentos terem sido de fato eliminados, uma parcela importante dos arquivos da repressão foi preservada após o fim da ditadura, tanto por órgãos militares como por oficiais da reserva”. In: FIGUEIREDO, Lucas. Lugar nenhum – Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. Companhia das Letras, São Paulo, 2015, p.75.

“Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável” (Chagas, 2003, p.131).

O poder público municipal de Apucarana proporcionaria voz aos silenciados pela ditadura, abre a “cortina” que oculta o “palco histórico” do conhecimento da população, mas vai além de mostrar esse palco, exhibe os “bastidores” dos “atos” de silenciamento de sua própria história. Agora poderia dedicar tempo, espaço e trazer à luz a memória silenciada e mostrá-la ao público. De acordo com Pollak (1992), a memória é um dos elementos de construção da identidade coletiva. Portanto, a edificação de um monumento proposto pelo poder municipal, dedicado aos integrantes desse passado silenciado, seria o modo mais justo desse poder de trazer para dentro da tradição de pujança, a contribuição desse município na luta pelos direitos civis. Além de o prefeito fazer justiça à memória de um de seus familiares. Assim entre os homenageados pelo poder municipal estava Brianezi. Nasceu em 1946, e sua morte data do ano de 1970. Era filho de América Tomioto Brianezi e José Paulino Brianezi, nasceu em 23 de março de 1946, em Londrina (PR). Estudante da Escola Técnica de Comércio de Apucarana inicia sua militância política na União dos Estudantes de Apucarana (UEA) no ano de 1966. Em 1968, passou a integrar a dissidência do PCB (Partido Comunista Brasileiro) em Apucarana. Com a invasão e o fechamento da UEA em dezembro de 1968 pelo regime militar, torna-se insustentável a sua permanência na cidade. Muda-se para São Paulo, para se integrar à ALN (Ação Libertadora Nacional), juntamente com Antônio dos Três Reis de Oliveira¹³².

Em documentos dos órgãos de segurança encontram-se registros que Oliveira seria um dos subcomandantes do Grupo Tático Armado da ALN, em São Paulo, no início de 1970. Nesse mesmo ano, foi morto por agentes da Operação Bandeirantes (OBAN). Sua certidão de óbito traz a versão oficial de que faleceu em 13 de março de 1970, na pensão onde morava, no bairro Campo Belo na capital paulista, e, sobretudo, morreu em tiroteio. De acordo com o documento¹³³ em que

¹³² OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Curitiba, DHPaz, 2014, p. 17.

¹³³ Idem, p. 18.

traz essas informações e a análise pericial da documentação¹³⁴ existentes como de de uma foto encontrada no arquivo do DOPS, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos concluiu que José Idésio foi executado sumariamente, tendo levado três tiros de frente para trás, com evidente diferença de nível entre o corpo e os autores dos disparos.

Esse é um dos exemplos que levou à interpretação do processo de ação da Comissão da Verdade, narrado por Dias (2012) e que possibilitou homenagens aos mortos e desaparecidos pelo regime, por todo o país. No caso apucaranesse originou o reconhecimento da relevância desses brasileiros que deram sua vida pelo direito à liberdade de expressão no país, mas sobretudo por serem da cidade e contribuintes desse movimento em prol dos direitos à liberdade para todos os brasileiros. Mesmo para aqueles que ignoravam, como já apontado, a dinâmica das ações dos militares durante o período que governaram o país passou a ser desmistificado, ou seja, o passado apucaranesse não é só de pujança é também de luta.

Em Apucarana, o reconhecimento se deu em duas iniciativas, a primeira com a construção de um colégio estadual, que carrega o nome de um dos jovens que foram assassinados durante a Operação Bandeirante em São Paulo, em 1970, Antônio Três Reis de Oliveira, e a segunda, a instituição de um monumento intitulado “pessoas imprescindíveis”, em um espaço público.

A criação do monumento em meio a uma das principais praças de Apucarana, carrega em si um sentido maior do que a simples homenagem aos mortos, cria-se ali *“um cenário físico, vivo e integrado, capaz de produzir uma imagem bem definida, que desempenha também um papel social”* (LYNCH, 1997, p. 05).

Ao passar pelo monumento, o estranhamento pode (deve) causar um olhar mais focado sobre ele, destacando-o de seu ambiente. O ir e vir dos moradores, passo a passo, recria aquele monumento como parte de seu caminho, nesse sentido cria-se o mapa mental sobre a cidade, uma fração imagética dos espaços percorridos à ida para a casa ou em meio as caminhadas. Não obstante, a disputa por esse espaço não é apenas física ao transeunte, mas ligada a uma construção de sentido, ou seja, ele passa a definir o caminho com sua presença, como argumenta Lynch.

¹³⁴ Anexos E e F.

Na imagem a seguir podemos observar o momento da inauguração do monumento, com destaque para Beto Preto, prefeito municipal de Apucarana eleito em 2012 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e filho de Pedro Agostineti Preto, o Pedro Preto. Seu pai, como já dito e listado na tabela 2 do segundo capítulo, foi um dos presos políticos durante a Operação Marumbi em 1975. O prefeito proferiu um discurso e destacou os traumas familiares vividos por seus familiares, lembrou que na época ele contava apenas com cinco anos de idade no momento em que o pai foi preso na própria casa. Porém com essa ação do município, por intermédio do apoiado dado pelo Governo Federal, ele como gestor e como filho de um preso político busca trazer para a cena apucaranesa a memória que até esse momento estava silenciada.

Figura 7 – Cerimônia de inauguração do Monumento *Pessoas Imprescindíveis*



Foto divulgação disponível na página do IDEPPLAN¹³⁵ - Apucarana Figura 7

¹³⁵ <http://www.apucarana.pr.gov.br/secretarias/idepplan>. Acesso em: 07/12/2015, às 15:31.

Figura 8 – Monumento *Pessoas Imprescindíveis*



Foto montagem realizada pelo próprio autor. Fotografias tiradas em 17 de maio de 2016.

O monumento “*Pessoas imprescindíveis*”, de acordo com as informações apresentadas por Reginaldo Benedito Dias (2012), foi organizado pelo Grupo Movimento Pela Verdade, a partir da CNV, recebeu o nome em citação a um texto de Bertolt Brecht, que diz,

*Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis.*¹³⁶

Ao lermos mais atentamente o conteúdo do poema, é possível perceber a exaltação àqueles que fizeram da luta o seu destino. Os dois homenageados em Apucarana, Três Reis e Brianezi, mortos em 1970, fazem parte desses homens imprescindíveis, de acordo com o poema, engajaram muito cedo na luta armada, e suas vidas foram marcadas por um fim trágico. Encontramos vários monumentos que carregam esse título em homenagem aos desaparecidos políticos, em várias cidades por todo o país como em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, localizado no Parque da Marinha do Brasil, o qual foi construído em tributo à Manoel Raymundo

¹³⁶ BRECHT, Bertolt. Teatro completo de Bertolt Brecht em 12 volumes. Vol.07. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1986, p.76.

Soares¹³⁷. Em Vitória, capital do Espírito Santo, o monumento foi idealizado para homenagear os capixabas João Gualberto Calatroni, Lincon Bicalho Roque, Arildo Valadão, José Maurílio Patrício e Orlando Bonfim, escolhidos para representarem tantos outros que tiveram o mesmo destino¹³⁸.

Em todo o país, foram construídos um total de 28 monumentos “*Pessoas Imprescindíveis*”, através do Programa Nacional de Direitos Humanos, citado anteriormente. Consideramos neste ponto, ao pensarmos nesse monumento de Apucarana, vemos que os argumentos de Canclini quando diz que os espaços estão atrelados não apenas a fabricação dos objetos, mas a torná-los patrimônios, buscando dar-lhes o sentido desejado contempla os “*Pessoas Imprescindíveis*”, pois, “*o patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos, museus*” (Canclini, 2000, p.162).

O monumento *Pessoas imprescindíveis* de Apucarana está localizado em um bairro nobre da cidade. Nele estão fixados também o passeio público que abriga a biblioteca municipal, anteriormente nesse lugar estava locado a primeira escola do município. A criação desse monumento visou dar uma outra destinação ao uso do espaço, uma nova percepção dos transuentes para o tema. Segundo Yu-Fu Tuan, “*uma peça de escultura parece encarnar a humanidade e ser o centro de seu próprio mundo. Apesar de uma estátua ser um objeto em nosso campo de percepção, parece criar seu próprio espaço*¹³⁹”. Essa transformação do espaço causada pela escultura, permite que se distinga o que foi ali colocado intencionalmente. A identidade de uma cidade está em constante renovação, *ela é um lugar, um centro de significados, por excelência*¹⁴⁰. O que antes era apenas uma praça, se torna um local de discussões sobre a memória, a inquietação que se pode causar aos transuentes, fornece agora um ponto de partida para repensar o espaço, e a partir dele o passado que se quer discutir, ressignificando a identidade local e a sua própria.

¹³⁷ Informações oficiais do município na data de realização do evento de inauguração em 27 de agosto de 2011. Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=144761&MONUMENTO+HOMENAGEIA+VITIMA+DA+DITADURA. Acesso em 29/06/2016, às 15:33.

¹³⁸ Informações oficiais do município na data de realização do evento de inauguração em 15 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.es.gov.br/Noticias/153139/governo-inaugura-monumento-em-homenagem-aos-mortos-e-desaparecidos-politicos-capixabas.htm>. Acesso em: 29/06/2016, às 15:40.

¹³⁹ TUAN, Yu-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. Londrina, EDUEL, 2013, p.202.

¹⁴⁰ Idem, p.211.

Sobre a construção identitária deste passado ainda muito ignorado, por considerarmos, que muito pouco se tem falado sobre a ditadura, seja nos livros didáticos, nas aulas e em outros meios que possibilitariam um momento de reflexão sobre ela. Entretanto, consideramos que a monumentalização possui a capacidade de gerar discussões, ressignificando velhos espaços, tornando-os espaços de memória, não perpetuada, mas constantemente reconstruída. Podemos nos apoiar nas leituras de Kevin Lynch, que salienta,

Uma imagem do meio ambiente pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado. Será útil imaginá-las num plano abstrato, com o fim de as analisar, pois, na realidade, estas três componentes aparecem juntas. Uma imagem viável requer, em primeiro lugar, a identificação de um objeto, o que implica a sua distinção de outras coisas, o seu reconhecimento como uma entidade separável. Falamos de identidade, mas não no sentido de igualdade com outra coisa qualquer, mas significando individualidade ou particularidade. Em segundo lugar, a imagem tem de incluir a relação estrutural ou espacial do objeto com o observador e com os outros objetos. Em último lugar, este objeto tem de ter para o observador um significado quer prático quer emocional. Isso significa que existe também uma relação, mas uma relação diferente da espacial ou estrutural¹⁴¹.

Com base nas análises de Lynch, podemos perceber a necessidade de se atribuir valor ao monumento, para que possa enfim, fazer *sentido*. Mais do que uma escultura, aquele espaço deve valorizar a memória dos homenageados. Esses espaços, seriam lugares de memória e de novas discussões e apropriações sobre o passado. O estabelecimento de ensino “Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira” foi outra das homenagens dedicada aos presos políticos de Apucarana, abaixo podemos constar, por meio do site da Secretaria de Estado da Educação, quando teve início sua fundação¹⁴².

¹⁴¹ LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Traduzido por Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1997, p.18.

¹⁴² Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira foi criado pela Lei Estadual nº 15.882 de 18/07/2009, e teve sua estrutura física construída numa região que abrange bairros com grande densidade populacional. Atualmente, o Estabelecimento funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Juiz Luiz Fernando Araújo Pereira - Ensino Fundamental que está em processo de mudança de endereço. A Escola Municipal oferece atendimento no período integral para alunos do Ensino Fundamental I e II, enquanto o Colégio atende os alunos do Ensino Médio no período noturno. O Colégio foi inaugurado no dia 28/01/2010 e possui a estrutura predial mais moderna do Estado do Paraná. São 20.794,07 m² de terreno, sendo 6.798,71 m² de área construída que compreende 14 salas de aula, quadra poliesportiva, Ginásio de Esportes, Laboratórios de Química, Física e Biologia, Laboratórios de Informática, Sala de Artes, Sala de Música, Biblioteca e Anfiteatro. Informações disponíveis na página da SEED-PR (Secretaria de Estado da Educação do Paraná). In: <http://www.aputresreis.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>, Acesso em: 19/01/2016, às 01:41.

No *hall* de entrada do colégio está disposto um quadro com uma pintura e breve histórico de Antônio dos Três Reis de Oliveira. Diante da monumentalidade do colégio, os alunos, funcionários e visitantes, são recebidos com a história do homenageado, buscando-se construir a significação daquele espaço. A escolha do tema da pintura também não é aleatória, segundo Balthazar Eustáquio de Oliveira, irmão de Três Reis, “a pintura retrata a foto de formatura de Três Reis ainda no colégio, demonstrando a sua força ainda na juventude, estabelecendo o poder que os estudantes possuem e muitas vezes não sabem”¹⁴³.

Figura 9 – Pintura de Três Reis exposta no colégio homônimo.



Acervo e foto de Balthazar Eustáquio de Oliveira¹⁴⁴.

A valorização para a história e a memória da construção desse colégio está muito além de seus aspectos físicos e tecnológicos. Imaginar um espaço tão grandioso como esse tendo o nome de um ex-presos político, perseguido e morto pelo Estado, é dar voz aos silenciados, e fazer lembrar sua história na memória coletiva. Compreendemos esse lugar carregado de simbologia¹⁴⁵ que não é só físico, mas simbolicamente, como o reconhecimento da luta. A escola abriga o diálogo necessário, para relembrar, memorizar e fazer jus à memória de seu patrono, de

¹⁴³ OLIVEIRA, Baltazar Eustáquio de. Depoimentos para a história. Grupo Tribuna. Apucarana, 2010, p.02.

¹⁴⁴ IDEM, p.6.

¹⁴⁵ ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos: Ensaio sobre o Simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Fontes, 1996.

modo que a memória venha a compor a história local e consuequentemente a do Brasil.

Tão importante quanto a materialidade dos monumentos nesse processo de reconhecimento da participação dos presos políticos para a história do país, é o momento de sua inauguração, pois as discussões que levaram a ele e as trocas das experiências, são fatos que o tornam “vivo”. Porém, entre a proposta do monumento e a recepção do mesmo enquanto gerador de memória, há um longo percurso a ser percorrido, já que a internalização é um processo individual, que apesar de estimulado pelo meio, parte das próprias experiências.

Assim como as demais obras do homem, os espaços urbanos são produções culturais sujeitas a diferentes apropriações. É através de um permanente processo de criação que o homem transforma o ambiente em que vive, ao mesmo tempo em que estabelece as bases para criações futuras¹⁴⁶.

Mesmo que muitos dos transeuntes que venham a ter contato com o monumento não o reconheçam como parte da própria história, através de políticas públicas, eventos e o ato de vê-lo em seu caminho no cotidiano, aos poucos possibilita uma identificação, que o torna mais que um elemento em meio ao caos urbano. O símbolo gera um efeito pragmático e emocional, que redesenha o simples caminhar no entardecer, tornando-se referência espacial para encontros, marcando momentos individuais e seus usos, do espaço público.

Podemos ressaltar as contribuições de Pierre Nora publicadas no artigo *Entre memória e história – A problemática dos lugares* (1993). Na obra podemos identificar como o autor trata a necessidade moderna de tornar certos espaços ou objetos em locais de memória, ao se eleger estes como salvaguardadores de memória, podendo através destes acessá-las. Nestes casos, entre o lembrar e o esquecer, constrói-se a memória coletiva. Não como uma substituição de uma por outra, nem sequer uma sobreposição, mas como salienta Todorov (2000) interagindo de forma dialética num movimento de conservação/supressão.

¹⁴⁶ DURHAN apud MOTTA in ARANTES, 2000, p.259.

“Quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos? Ficamos a história oficial; em vez da envolvente trama tecida a nossa frente, só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado”¹⁴⁷

O monumento *Pessoas Imprescindíveis* de Apucarana é a prática pela qual se busca dar voz aos silenciados, e possibilitar um contato entre os habitantes do município com um discurso até então marginalizado. Devemos considerar, que essa prática não é interpelada de forma uniforme, podemos observar através de entrevistas e pesquisas, que ainda não há um reconhecimento desse espaço como *lugar de memória* e nem ao menos como sua temática, a ditadura e suas vítimas. Após seis anos de criação, um grande número de pessoas, aqui representados pelos escolhidos para a pesquisa doravante discutida, não reconhecem a intenção do espaço construído.

O processo de assimilação do memorial dependerá não apenas de sua existência, mas dos usos a eles atribuídos. As pessoas que transitam pela praça, o veem como parte do cenário, ainda de forma muito tímida e pouca significativa, pois o reconhecimento ocorre quando o indivíduo se vê envolvido, que pode atribuir uma lembrança, o pessoal em meio ao público. Os espaços urbanos são produções culturais sujeitas a diferentes apropriações, já a construção do patrimônio (artístico, histórico ou cultural) pelo poder público é resultado de uma seleção e do significado que se deseja atribuir aos objetos.

Os jovens de hoje, e até mesmo, muitos que passaram pelo período da ditadura, desconhecem suas controvérsias teóricas e políticas. De acordo com Baltazar Eustáquio de Oliveira, o Taquinho, irmão de Três Reis e diretor-superintendente do Jornal Tribuna do Norte de Apucarana, “*muito pouco ou quase nada havia sido falado sobre a ditadura nos jornais da época. As pessoas não sabiam o que estava ocorrendo*”¹⁴⁸. A ditadura faz parte de um passado não tão distante, mas que aos poucos se esvai os sentidos, em discurso de prosperidade e ordem que se quer fazer deste.

Nesse sentido, Pollak afirma que a memória é uma “*operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar*”

¹⁴⁷ BOSI, Ecléa. Memória da Cidade: lembranças paulistanas. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (org.). O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p.145.

¹⁴⁸ OLIVEIRA, Baltazar Eustáquio de. Depoimentos para a história. Grupo Tribuna. Apucarana, 2010, p.14.

(POLLAK,1989, p. 9). Em outro ensaio, intitulado Memória e identidade social (1992), o mesmo autor aponta três elementos constitutivos da memória, quais sejam: os acontecimentos vividos pessoalmente e os “vividos por tabela”; pessoas e personagens e, por fim, lugares. Para o autor a memória, então, se estrutura em torno desses três aspectos, com os quais o sujeito pode ter entrado em contato diretamente ou indiretamente (POLLAK, 1992, p. 3).

Ao nos depararmos com as práticas do Estado em registrar as memórias dos militantes políticos da ditadura, colocando-as em evidência através de monumentalizações, sessões da CNV, livros, etc., nos possibilita pensar o papel desses militantes na construção patrimonial, ocupando o centro irradiador e produtor. Compreendemos, que toda e qualquer concepção neste sentido deve surgir da própria população, cabendo ao Estado o papel de mediador, *“pois ao fazê-lo, destrói a dinâmica e a diferenciação interna da memória social e política; não pode ser produtor da memória nem o definidor do que pode e deve ser preservado”* (Chauí, 1992, p.45).

Para compreender as apropriações dos espaços públicos enquanto memória, ao que se refere ao município e às lutas que ocorreram durante o período da ditadura. Organizamos 15 perguntas que questionavam sobre a história do município, monumentos, colégio Três Reis e a memória. Entregamos a trinta entrevistados com idades entre 16 e 50 anos. Os escolhidos são alunos de ensino médio, universitários e profissionais já formados.

A diversidade etária neste caso é de suma importância para que a pesquisa possa ser relacionada as vivências dos entrevistados, nos casos dos mais velhos, e também de apropriações daqueles que sequer haviam nascidos no período militar. Na tabela abaixo, tabulamos a pesquisa, mostrando a porcentagem nas respostas objetivas e comentários, quando houve.

Tabela 3 – Tabulação sobre a pesquisa realizada.

Perguntas	Sim	Não	Comentários (quando houver)
1 - Você nasceu em Apucarana?	96,7%	3,33%	
2 - Sua formação básica foi realizada inteiramente em escolas municipais?	73,3%	26,7%	
3 - Teve aulas sobre a história do município de Apucarana?	10%	90%	- A maioria não se lembrava se teve.
4 - Quantos anos possuiu o município de Apucarana? <i>Opções: 50, 60, 62, 70, 72</i>			- 72 Anos. Apenas 2 pessoas acertaram.
5 - Você sabia que Apucarana faz parte de um planejamento urbano coordenado por uma empresa de capital inglês, que também planejou Londrina e Maringá?	16,7%	83,3%	
6 - Você sabia que Apucarana foi palco de disputas políticas durante a ditadura militar?	3,3%	96,7%	
7 - Você sabia que jovens de Apucarana lutaram contra a ditadura, e entre muitos, alguns lutaram ao lado de personalidades como Marighela em São Paulo?	0,0%	100,0%	- A maioria não sabia quem era Marighela, menos ainda sobre os jovens apucaraneses.
8 - Você considera importante conhecer a história dessas personalidades?	100,0%	0,0%	
9 - Você acha que deveria ser construído um monumento ou algo semelhante que nos fizesse lembrar desses jovens?	100,00%	0,0%	
10 - Existe algum espaço assim em Apucarana, para lembrar esses momentos da ditadura?	0,0%	100,0%	- Havia também o espaço para incluir nomes, caso soubessem. Não houve.
11 - Dos monumentos da cidade, existe algum que você considera importante para a formação de uma identidade social?	69,93%	30,07%	- Todos que responderam sim, incluíram a Catedral, e quatro citaram o “Boné” na entrada da cidade e o “Quartirão das personalidades”.
12 - Você conhece o Colégio Antônio dos Três Reis?	90,01%	9,99%	
13 - Sabe quem foi Antônio de Três Reis?	0,0%	100%	
14 - Você acha que esse nome está relacionado com a história da cidade?	100%	0,0%	
15 - Se possível, em poucas linhas, comente a sua opinião sobre a ditadura militar em Apucarana.	/	/	- Ninguém comentou, apenas escreveram “não possui conhecimento para tal”

Entre os trinta entrevistados, apenas um não nasceu no município de Apucarana, e apesar de uma maioria ter estudado em escolas municipais, que possuem em seu currículo a história da cidade, noventa por cento dos entrevistados não se recorda se teve ou não aulas sobre o tema. A falta de reconhecimento também ocorreu quanto a fatos simples como idade da cidade, e aspectos mais específicos, como a participação da CTNP no processo de (re) colonização. Podemos também perceber a ausência de conhecimento do grupo de entrevistados

sobre a presença do militarismo e das vítimas da ditadura em Apucarana entre os anos de 1964 e 1985.

“A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade” (ALBERTI, 2010, p.167).

Compreendemos que essa ausência presenciada, como estabelecido por Verena Alberti (2010), faz parte de um jogo de negociações entre os indivíduos em sociedade. O que se escreveu sobre o município de Apucarana até a primeira década do século XXI, deixava escapar o período militar como parte de sua história, gerando na população um silenciamento sobre seus fatos, como demonstrado na pesquisa.

Em 2015, publicado via financiamento do Ministério da Cultura, o livro “Apucarana – Uma história de sucesso no norte do Paraná”, coordenado por Rogério Carnasciali, dedicou uma página ao período e ao papel dos militares nos atos de tortura e perseguição no município. Em nosso contato com Carnasciali, ele nos informou ter tido grande dificuldade para conseguir as fontes daquele período. Os acontecimentos, até agora ignorados, começam a ser discutidos gerando não só para o presente as fontes necessárias, mas para um passado que não se quer desvinculado desse passado.

As análises em torno dos acontecimentos possibilitam um retorno as causalidades do presente, tornando o sujeito histórico ativo nesta ressignificação do passado sempre em movimento (Hobsbawm e Ranger, 1997, p.48). Em nossa pesquisa de campo, pudemos identificar que alguns monumentos e símbolos municipais possuem destaque no imaginário social, a pergunta 11 do questionário em todas as respostas identificou a catedral Nossa Senhora de Lourdes como monumento. Esta emerge majoritariamente como monumento capaz de reproduzir a identidade de Apucarana. Inclui-se ainda na questão 11, o “quarteirão das personalidades” discutido no primeiro capítulo, em que se homenageia os “pioneiros” do município.

Os monumentos são criados por grupos que detêm o poder, através das instituições que os representam¹⁴⁹. A simbologia e as práticas em torno desses monumentos fazem prevalecer as memórias destes grupos, criam a identidade social do município e a disputa constante por esse espaço¹⁵⁰. Como podemos perceber na pesquisa, a história e a relevância do monumento está presente mesmo quando não há um conhecimento específico da história do município (perguntas 3, 4 e 5), fazendo-se apresentar nas respostas da pergunta 11.

A análise geográfica dos monumentos pode estar centrada em dois focos principais, identidade e poder. Ambos se manifestam de diferentes maneiras, entre elas nos monumentos. Por meio da necessária espacialidade que os monumentos têm, implicando em localizações fixas e dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças e utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram. (CORRÊA, 2005, p.2)

A igreja como símbolo patrimonial mais importante parece-nos estar ligado ao fato de ser um templo religioso e ser o mais antigo da cidade, como também por ter sua edificação ligada à bandeira municipal. Este fato nos levou a avaliar que as muitas campanhas sobre a relevância do município, no cenário regional, põe a catedral simbolicamente no centro desse reconhecimento.

Embora essas memórias estejam cristalizadas, os movimentos de resistência surgidos nos últimos anos, colocam em xeque a memória oficial. Os “lugares de memória”, assim como estabelecido por Pierre Nora (1993), estão aptos a ressignificações, podendo ser reinterpretados e adequados às novas necessidades do Estado ou de grupos que possuem o poder. Em Apucarana, as demandas dos últimos anos, procuram por um lado reafirmar os velhos costumes, e por outro, dar o espaço inédito as discussões em torno da ditadura.

Apenas o tempo poderá prover as respostas quanto a aceitação do monumento “*peças imprescindíveis*”, dedicado a memória dos jovens de Apucarana, mortos durante a ditadura como memória social e coletiva, já que ele “*é parte da complexa e variável temporalidade e espacialidade que caracteriza a ação*

¹⁴⁹ CHAGAS, Mário. Memória Política e Política da Memória. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.141-171

¹⁵⁰ MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (org.). O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p.189-194.

*humana*¹⁵¹. A memória sobre a ditadura é heterogênea e polifônica, mesmo entre aqueles que faziam oposição a ela. Por isso se faz necessário políticas públicas como essa, não encerrando na função de dar o direito à memória aos desaparecidos, mas ao possibilitar uma discussão democrática sobre o passado, que está em constante ressignificação.

¹⁵¹ CORRÊA, Roberto Lobato. *Monumentos, política e espaço*. In: Revista Electrónica de geografía e ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Vol. IX, n.183, 2005, p.4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à memória, abordado nesse trabalho, faz parte de um processo de reparação às vítimas da ditadura militar, por isso consideramos que as ações políticas que venham a convergir com esse objetivo são extrema importância para sua consolidação. Os indivíduos afetados pela ditadura, não são apenas os mortos e desaparecidos, mas todos aqueles que tiveram seus direitos cerceados como a liberdade, a dignidade e o silenciamento ante à história oficial.

Compreendemos que o Estado pode agir nas construções de lugares de memória, assim como foi realizado ante os “pioneiros” de Apucarana, processo esse que visa reafirmar a própria história, já que os homenageados são os representantes de famílias que ainda hoje permanecem em destaque. Tal destaque ocorre por fatores econômicos ou sociais, e cristaliza o papel político dos envolvidos. O patrimônio construído busca legitimar a dominação, que se dá em diversos âmbitos, principalmente o imaginário. Através das pesquisas, podemos observar que esses discursos já estavam internalizados, e que o monumento veio, como dissemos anteriormente, reafirmar esse constructo.

O mesmo não ocorre com a memória da ditadura, já que, ao que nos parece, buscou-se esquecer o período, a fim de não admitir esse passado marcado por violência e dor. A pretensão deste trabalho foi de reorganizar algumas das múltiplas memórias e dos discursos sobre ela, como se procurou apontar no decorrer do texto. O intuito foi o de trazer à tona momentos que uma maioria populacional não teve acesso, seja por alienação midiática, por afastamento ideológico, ou por qualquer outra razão.

Buscamos neste texto dissertativo uma outra interpretação diferente da oficial sobre tudo aquilo que foi repetido nos últimos vinte anos em Apucarana, apoiado no conceito de “justa memória” de Paul Riccoeur (2007), tivemos a intenção de estabelecer uma reflexão sobre os agentes históricos envolvidos.

A tortura é algo que se quer esquecer, por mais que em seu contexto fosse motivo de glória para seus realizadores, o tempo tornou o ato hediondo, mesmo para aqueles que construíram justificativas para fazê-lo. Quando apontamos em nosso texto os torturadores, buscamos salientar os fatos para estabelecer a luta daqueles que foram homenageados, já que a tortura é um crime inconfessável, e não cabe ao nosso trabalho definir os julgamentos em torno dessas ações.

A criação do monumento “*Pessoas Imprescindíveis*” estabeleceu um espaço de discussão em torno da ditadura, transformando um patrimônio em espaço de memória, tanto dos homenageados como daqueles que fizeram destes, desaparecidos. Discutir essas memórias é importante para que possamos ressignificar as “comemorações” que se têm feito sobre os 50 anos do golpe. Este é um momento propício para que possamos repensar os velhos discursos, pois este é um tema que sempre retorna em debates e discussões, porém, normalmente no campo dos sentidos comuns.

O que podemos aferir ao fim deste trabalho, é que a memória sobre a ditadura é rasa, falha e incompleta, ao menos em nosso objeto, Apucarana. A patrimonialização de monumentos sobre a ditadura, oriundos do poder público, ainda não atingiu seu objetivo, pois a apropriação deste como “lugar de memória” ainda não ocorreu.

Esperamos que este trabalho, aliado a uma série de tantos outros que venham a surgir, e até mesmo uma continuação deste em uma tese de doutorado, possa gerar mecanismo para essa memória que labutamos a construir. Entendemos que a coesão social que se fez sobre a ditadura é preterida através de um esquecimento proposital. A memória das disputas é colocada em segundo plano, para se forjar uma história de estabilidade e sucesso.

Ainda há muito a ser feito sobre a ressignificação e aporte às memórias das vítimas da ditadura, pois esse processo concorre com outras investidas que estão em constante criação. A ditadura não está tão distante a ponto de não ser sentida, e muito menos a ponto de não se repetir, por isso compreendemos a necessidade de discussões em torno dela. Fechamos este trabalho buscando contribuir para as análises em torno da questão da memória e as práticas políticas que as constroem, mas esperamos que esse seja apenas um parêntese, pois ainda há muito a se discutir e realizar sobre a ditadura, que ainda não fomos capazes de colocar um ponto final.

FONTES

A LUTA continua. In: **Tortura Nunca Mais** – órgão informativo do grupo Tortura Nunca mais. Rio de Janeiro, n. 2, maio 1986.

A NOSSA história oficial. In: **Tortura Nunca Mais** – órgão informativo do grupo Tortura Nunca mais. Rio de Janeiro, n. 2, maio 1986.

BATISTA, Raimundo de Brito. **Ludovic Surjus: história, histórias**. Londrina, Atrito Art, 2005.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue – A luta clandestina contra a ditadura militar**. Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

BOUSQUET, Estelle. HOLVECH, Sophie. **Interações homem-solo sobre a micro-bacia do ribeirão Bandeirantes do Norte (Paraná – Brasil)**. Traduzido por: João Tavares Filho. Londrina: Editora UEL, 1999.

CARNASCIALI, Rogério. Org. **Apucarana – Uma História de Sucesso**. Apucarana: Ed. Identidade Cultural, 2015.

COIMBRA, Cecília. A LUTA continua. Tortura nunca mais. – Órgão informativo do grupo Tortura Nunca Mais. Rio de Janeiro, n.2, 1986. In: DIAS, Reginaldo Benedito. **Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira**. In: Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v.8, n.1, p.155-181, janeiro-junho, 2012.

DOMINGUES, Marisa Guilherme. **Vivo Apucarana**. Grafmark, Londrina, 1994.

FARIA, Maria do Carmo Carvalho. Apucarana – Processo de ocupação e colonização. In: **Histórias e memórias da ocupação das regiões paranaenses no século XX**. (Orgs.) GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida; ROMPATTO, Maurílio. 1ed. Maringá, Massoni, 2015.

IDEPLAN – Instituto de Desenvolvimento, Pesquisa e Planejamento de Apucarana. Disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/secretarias/ideplan>.

Jornal Tribuna do Norte - "**Totens em Praça homenageiam pioneiros**". Disponível em: <http://tnonline.uol.com.br/noticias/regiao/32,26141,07,06,totens-em-praca-homenageiam-pioneiros.shtml> . Acesso em: 24/07/2016, às 17:45.

MACARINI, Walmor. **Londrina Paraná Brasil: raízes e dados históricos – 1930-2004**. Londrina: Edições Humanidades, 2004.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. **Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba, DHPaz, 2014.

OLIVEIRA, Baltazar Eustáquio de. **Depoimentos para a história**. Grupo Tribuna. Apucarana, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA – Acervo Digital. Disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/simbolosmunicipais/brasao>. Acesso em: 05/04/2012 às 12:15.

Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban. Coordenado por Pedro Rodolfo Bodê de Moraes. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/RelatorioCEVTeresaUrban2014.pdf>. Acesso em 27/01/2016 às 22:24.

Revista de Apucarana – Jubileu de prata de Apucarana. Associação dos Serviços Públicos Municipais de Apucarana. Vol. 1. 1968

Revista Leia Mais Um. Ex. Editora Ltda. Nº 1, dezembro – Segunda quinzena, 1975.

SEED-PR (Secretaria de Estado da Educação do Paraná). In: <http://www.aputresreis.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>,. Acesso em: 19/01/2016, às 01:41.

SOBRINHO, Francisco Soares Dias. **Norte do Paraná – Apucarana em prosa e verso**. Apucarana, Diocesana, 2007.

SOBRINHO, Francisco Soares Dias. Entrevista I. [jan. 2014]. Entrevistador: Guilherme Alves Bomba. Apucarana, 2014. 1 arquivo .mp3 (26 min.).

ZANDONAI, Beta. **Reitoria: 40 anos depois**. Jornal Comunicação online. Especial – maio 1968. Maio, 2008.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Homo sacer II, 1. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALBERTI, Verena. **Fontes Oraís – Histórias dentro da História**. In: Fontes Históricas. Org. PINSKY, Carla Bassanezi. 2.ed. 2ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2010.
- BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade – Lembranças dos velhos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL NUNCA MAIS. **Um relato para a História**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRECHT, Bertolt. **Teatro completo de Bertolt Brecht em 12 volumes**. Vol.07. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1986.
- BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias**. Maringá, EDUEM, 2009.
- CALCIOLARI, Sílvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2004.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- CHAGAS, Mário. Memória Política e Política da Memória. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (org.). **O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p.37-46.
- CHOAY, Françoise. O URBANISMO: **Utopias e Realidades- uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In: **Revista Eletrônica de geografia e ciencias sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. IX, n.183, 2005.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. (org.). **O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

DIAS, Reginaldo Barreto. Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. In: **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v.8, n.1, p.155-181, janeiro-junho, 2012.

DURHAM, Eunice. Cultura, patrimônio e preservação. Texto n. 2. In: ARANTES, Antônio (org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ELIADE, Mircea. Imagens e Símbolos. **Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Vol. 1, 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ed. Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum – Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia de presença**. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2008.

HELLER, M. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Traduzido por Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (org.). **O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p.189-194.

MORIN, Edgar. O jogo em que tudo mudou. In: Sérgio Cohn e Heyk Pimenta (orgs.). **Maió de 1968**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

NETO, José Miguel Arias. Pioneirismo: Discurso político e identidade regional. In: **História & Ensino**. Londrina. 01:69-82, 1995.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PADIS, Pedro. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAULA, Zueleide Casagrande de. **A cidade e os jardins: Jardim América, de projeto urbano a monumento patrimonial (1915-1986)**. São Paulo, Ed. Unesp, 2008.

PAULA, Zueleide Casagrande de. A relação Antagonista entre homem e natureza no Processo de colonização/ (re) ocupação do norte paranaense. p.279-312. ARRUDA, G. (org.) In: **Natureza, Fronteira e Território: imagens e narrativas**. Londrina: EDUEL, 2005.

PAULA, Zueleide Casagrande de. **Maringá: coração verde do Brasil**. Dissertação de mestrado, 1998, p. 264. Assis, Programa de Pós-graduação em História Social. Unesp, 1998.

POLLAK, Michael. **Memórias, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RICOEUR, 1999, p. 49. In: JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. Trad. MOULIN, Nilson. São Paulo, Ed. Unesp, 2010.

TELES, Janaina de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos dos presos políticos no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho, 2011.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: História e Fantasmagorias**. Curitiba, Tese de Doutorado, UFPR, 1997.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. Londrina, EDUEL, 2013.


WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História Do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2010.

ANEXOS

ANEXO A

Documento de desapropriação das terras que foram doadas a União.

REPÚBLICA DO BRASIL
 ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE APUCARANA


Registro de Imóveis
1.º OFÍCIO
 Rua Osvaldo Cruz, 510 - Salas 1402/1403

Ricardo Basto da Costa Coelho
 Oficial

Silvia Lúcia Jorge da Costa Coelho 22/15/98
 F. Juramentada

PROTOCOLO Nº _____
 Livro 3/S de TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES.

Certifico que às fls. ***** e sob nº 29.714 de
 foi efetuada c

TRANSCRIÇÃO DO TEOR SEGUINTE:
 CIRCUNSCRIÇÃO: Apucarana.
 SITUAÇÃO: Gleba Barra Nova.
 CARACTERÍSTICOS: LOTE nº 10-A-2(dez "A" dois),
 com a área de 18.490,00 m²(dezoito mil quatrocentos e noventa metros quadrados), ou 1,84 hectares,
 subdivisão do lote maior nº 10/A, da Gleba Barra Nova, deste Município de Apucarana – Pr., tendo a
 área acima descrito as seguinte delimitações:- Partindo de um marco cravado na nascente do Córrego
 Purus segue no rumo NE 39°15' distancia de 126,00 metros, até outro marco, segue por uma linha
 seca no rumo NE 77°03' e distancia de 194,00 metros, até outro marco, segue por linha seca no rumo
 SE 0°50 a distancia de 82,00 metros até outro marco, segue por uma linha seca no rumo SO 77°03 a
 distancia de 277,00 metros até o ponto de partida. TIT. ANTERIOR: 21.126 d/registro.

ADQUIRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE
 APUCARANA.

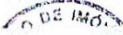
TRANSMITENTE: Manoel Pereira, português, e s/m
 Lourdes Gomes Pereira, brasileira, do lar, ele comerciante residente nesta cidade.

TÍTULO: Desapropriação. Esc. das notas do 2º Tabelião
 desta cidade, às fls. 02 Lº 103 em 04 de setembro de 1.968.

VALOR: NCr\$4.000,00(quatro mil cruzeiros novos).
 CONDIÇÕES: As da escritura. TIE. isento. Certificado do
 IBRA. Nº 521000402462 área 24,2 parc. 20, modulo 1,1.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ
 Apucarana, 17 de setembro de 1.968.


Certifico que o imóvel objeto desta transcrição não mais pertence a esta circunscrição imobiliária.
 NADA MAIS.
 SG



ANEXO B

Documento de desapropriação das terras que foram doadas a União.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE APUCARANA

Registro de Imóveis
1.º OFÍCIO

Rua Osvaldo Cruz, 510 - Salas 1402/1403

Ricardo Basto da Costa Coelho
Oficial

Silvia Lúcia Jorge da Costa Coelho 22/14198
F. Juramentada

PROTOCOLO Nº _____ e sob nº 29.713
Livro 3/S de TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES. foi efetuada

Certifico que às fls. *****

TRANSCRIÇÃO DO TEOR SEGUINTE:

CIRCUNSCRIÇÃO: Apucarana.
SITUAÇÃO: Gleba Barra Nova.
CARACTERÍSTICOS: LOTE rural 13/A/3 (treze "A" três), com a área de 43.295 m² (quarenta e três mil duzentos e noventa e cinco metros quadrados), subdivisão do lote nº 13 da Gleba Barra Nova, deste Município e Comarca de Apucarana, tendo a área acima descrita as seguintes delimitações:- Partindo de um marco cravado na margem esquerda do Córrego Puruz, segue água acima até a nascente, segue numa linha seca no rumo NE 77°08' a distância de 274 metros até outro marco, segue numa linha seca no rumo SE 0°50' a distância de 230,00 metros, até outro marco segue numa linha seca no rumo SO 74°30' a distancia de 310,00 metros, até o ponto de partida. TIT. ANTERIOR:- 15.042 d/Ofício.

ADQUIRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA.

TRANSMITENTE: Pedro Barreto e s/m Joana Favoto Barreto, brasileiros, casados, proprietários, residentes nesta cidade.

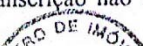
TÍTULO: Desapropriação. Esc. da Notas do 2º Tabelião desta cidade, às fls: 188, Lº 97, em 04 de setembro de 1.968.

VALOR: NCr\$5.000,00(cinco mil cruzeiros novos).

CONDIÇÕES: As da escritura. TIE. Isento. Certificado do IBRA nº 521000401107 área 14,4 módulo: 0,6 parcelamento 21,2.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ
Apucarana, 17 de setembro de 1.968.


Certifico que o imóvel objeto desta transcrição não mais pertence a esta circunscrição imobiliária.
NADA MAIS.



ANEXO C

Doação das terras para a União Federal para abrigar o 30º BTMz.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE APUCARANA

Registro de Imóveis
1.º OFÍCIO

Rua Osvaldo Cruz, 510 - Sabás 1402/1403

Ricardo Basto da Costa Ceelho
Oficial

Silvia Lúcia Jorgo da Costa Ceelho 22/3/91
F. Juramentada

PROTOCOLO Nº _____

Certifico que ds fls. ----- e sob nº -29.827- do

Libro -3/S- de TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES.- foi efetuada a

TRANSCRIÇÃO DO TEOR SEGUINTE:-


CIRCUNSCRIÇÃO:- Apucarana.
SITUAÇÃO:- Gleba Barra Nova.
CARACTERÍSTICOS:- Uma área de terras sem benfeitorias, constituída dos lotes nºs 10/A/1, 13/A/1 e 13/A/II, da Gleba Barra Nova, situada a da BR-104 no trecho Apucarana, Califórnia, no Município de Apucarana, Estado do Paraná, com as seguintes dimensões e confrontações: Partindo de um ponto situado a margem da estrada de rodagem BR-104 que liga a cidade de Apucarana a Ponta Grossa próximo ao marco kilométrico de nº 350 e que também se encontra a margem de um caminho carroçavel mede ao rumo 73º30' NO 500 metros confrontando sempre com o já citado caminho carroçavel, daí ao rumo de 0º50' NO mede de 312 metros confrontando com o lote nº 10-A da referida gleba, daí ao rumo de 30º10' SE mede 435,50 metros ao longo da estrada BR 104 no sentido de Apucarana Ponta Grossa, daí em curva a direita com mais de 360 metros e angulo central de 20º30' desenvolve 128,70 metros ao ponto inicial fechando um polígono com a área de 142.898,60 metros quadrados. TIT.ANT.: 26.285, 27.856 e 27.877 d/Registro.

ADQUIRENTE:- UNIÃO FEDERAL.
TRANSMITENTE:- PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA.

TÍTULO:- Doação. Esc. das Notas do 2º Tab. desta Cidade às fls. 16 v. Lº 102 em 18 de outubro de 1.968.
VALOR:- NCr\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos cruzeiros novos).

CONDIÇÕES:- As da escritura. TIE Isento.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÊ
Apucarana, 24 de outubro de 1.968.



ANEXO D

Lista de Presos Políticos durante a Operação Bandeirantes (SP)

Listas de presos
julho, 1970

MG - (ex. gb e sp)

- 1 - Gilney Amorim Vianna
- 2 - Conceição Imaculada de Oliveira - dir. sind.
- 3 - Délio Fantini
- 4 - Antonio José de Oliveira - operário, feridomperna
- 5 - Paulo Geraldo Ferreira - presid. Ass. Serv. Pref e Fed. Serv. Públicos MG
- 6 - ~~Teana Grossi~~ - sociólogo, semiparalítico
- 7 - José Alfredo - operário, mecânico
- 8 - Maria Mendes - estd.
- 9 - Francisco Antonio de Souza Jorge (Nilo) - op. - da diretoria ass. serv.
- 10 - Afonso Celeso Lana Leite - est. - Colina
- 11 - Leoni Antonio Pinto Carisio (Var)
- 12 - Demétrio Rocha Ribeiro - líder op. Pref.
- 13 - Fernando Picardi
- 14 - ~~Manoel Rocha Ribeiro~~ Herculano Salazar - médico - ala
- 15 - Carmela Pezzuti - 50 anos - Colina
- 16 - Penaforte..... pabr - 17 - Jorge Batista - ex-presid. DCE BH - Colina

ex - Tira

- 1 - Lucimar Brandão Guimarães - preferencial - pernas esmagadas, está Hosp. Militar BH
- 2 - Clovis Bezerra de Almeida - Brasília

de uma velha lista - Sebastião Medeiros - OB

De outras listas

<ol style="list-style-type: none"> 1 - Jean Marc van der Weid - ap - gb 2 - Maria Luiza Garcia Beloque 3 - Betty Chauchomovitz 4 - Maurice Politi 5 - Jorge Medeiros Vale - gb 6 - Diniz - ala 7 - Miguel Batista - pabr 8 - Jacob Goreneder - pabr 9 - Diogenes Arruda Camara - p.o.do b. 10 - Capitão Juarez - pabr 11 - Sub-ite. Taisi - pabr 12 - René Carvalho - pabr 13 - Raul Carvalho - pabr 14 - pour 15 - Getúlio BA 16 - Eraldo Paraíba 17 - "O Louro" - MG 18 - Padre Alípio de Freitas 19 - Jesse Jane 20 - João Batista da Costa (Simões) 21 - Marco Antonio Vitória Barros - MG 22 - Arnaldo F. Drumond - MG 23 - Frei Carlos Alberto Cristo 24 - Jethero Faria Cardoso - eng. SP 25 - David Humovitch - méd. - SP 26 - Paulo de Tarso Wencoslao 	<p><i>Amor Luis de Carvalho (Cajuru)</i></p> <p><i>Rodrigo Escobar - do P. Br</i></p> <p><i>Julio Santana - preso em Nota</i></p> <p><i>do Ulysses da Silva, para VIT</i></p> <p><i>Sant. Int.</i></p>	<p>Carlos Marighella</p> <p>Marco Antonio Bras de Carvalho</p> <p>Eremias Deliziuicov</p> <p>Fernando Borges Ferreira</p> <p>José Roberto Spingler - Dorival</p> <p>Raimundo Lucena - Edison Luis</p> <p>"Escoteiro"</p> <p>Juarez P. Guimarães</p> <p>Virgílie Gomes da Silva</p> <p>Charles Goshal Schweiler</p> <p>Carlos Roberto Zanirato</p> <p>Manuel Raimundo Soares</p> <p>Mario Alves</p> <p>José Idelcio Brianesi</p>
--	--	--

X Hélio Garcia Duarte - Preso em Suacupirado Norte - Maranhão (F.T. 12/6)

2 - Diomar Alvez - Dorgival Souza Dmasceno - Giorgio Callegari (frei) - Humberto Wellens
 Moranda - Antonio Dellaverde Mendonça - Ligia Gardieri Mendonça - Leslie Denise Beloque
 Roberto de Barros Pereira - Manoel Carlos Guimarães Novais

Fernando Keller

ANEXO E

Certidão de óbito de José Idésio Brianesi – morto em tiroteio

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
 ESTADO DE SÃO PAULO
30.º SUBDISTRITO DE IBIRAPUÉRA
 MUNICÍPIO DE IBIRAPUÉRA - CAPITAL
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO

Zuleika Guilger Simões
ESCRIVA

Reneel Guilger Simões
OFICIAL MAIOR

Julio G. Simões
Escritor de Atos

Arlito Crem
Escritor de Atos

DO REGISTRO CIVIL E TABELIAÇÃO
 Cartório: RUA JOAQUIM NABUCO, 171 — (BROOKLIN PAULISTA) — TELEFONE: 61-8843

CERTIDÃO DE ÓBITO

Livro nº15-C Fls. 75
 sob nº 15.879 CERTIFICO que,
 de JOSÉ IDÉSIO BRIANEZI no Livro e fls. supra foi lavrado o assento
 falecido em treze de abril, de mil novecentos e setenta (13-4-1970) -
 em este subdistrito, á Rua Icatine, nº 88-fundos-Campo Bólc
 de sexo masculino de cor branca, profissão Comerciarío
 natural de Londrina-Estado do Paraná
 com 24 anos de idade, solteiro filh o de
 JOSÉ P. BRIANEZI e dona AMÉRICA T. BRIANEZI
 tendo sido declarante o Snr. ALTAMIR ROCHA BONFIM
 o óbito atestado pelo Dr. CYPRIANO OSWALDO MONACO
 que deu como causa da morte hemorragia interna-traumática
 e o sepultamento foi feito no cemitério de Vila Formosa-Capital

Obs.: O declarante deixou de prestar declarações exigidas por lei, por ignorá-las, compareceu a serviço do Instituto Médico Legal
 datilografada por *Marta Trionrico* Selogem no verso

O referido é verdade e dou fé
 São Paulo, 6 de outubro de 19 70.-

RECONHECER FIRMA NO
CARTÓRIO DE INDIANÓPOLIS
 AVENIDA IBIRAPUÉRA, 2102
 (Em frente a Igreja de Moema)

[Assinatura]
 O OFICIAL

ANEXO F

Fotografia processual de José Idésio Briansi morto



14. José Idésio Briansi